

2

As Origens da Escola Inglesa

2.1

A Contribuição de Martin Wight

2.1.1

“A Política do Poder” de Martin Wight

Em 1946, Martin Wight publicou, pelo “Royal Institute of International Affairs” (onde era pesquisador), um livro de apenas 68 páginas intitulado *Power Politics*. Apesar do nome pressupor tratar-se de um livro realista e vários livros-textos colocarem-no ao lado de outros livros realistas do período,¹ sua análise não se encaixa totalmente nessa definição. Nesse sentido, vale a pena citar as observações que Hedley Bull e Carsten Holbraad fazem na introdução do livro:

Pode-se questionar se a posição de Martin Wight é corretamente descrita como realista (...). Ele explicitamente rejeita a idéia de que tal política possa ser igualada à *Machtpolitik* – a política da força – ou à ‘política do poder’, no sentido popular do termo. Ao contrário de Hans Morgenthau (...), ele não pretende apresentar uma teoria global da política internacional, baseada na proposição de que toda política exterior tem como objetivo a busca do interesse nacional, definido em termos de poder. Ao contrário de E.H.Carr (...), Wight não descreve sua posição como realista, não a apresenta como uma alternativa ao utopismo (...). Ao contrário de George Kennan (...), Wight não ataca o ‘moralismo’, nem sustenta que sua análise dá origem a lições práticas. A idéia de que a política das potências toma a forma de uma luta pelo poder é apresentada de maneira *tentativa e interrogativa*. No primeiro capítulo, ele introduz a idéia como uma espécie de hipótese de trabalho.² (...) A atitude de Wight com relação à posição realista é, dessa forma, ambivalente.³

¹ Trevor TAYLOR, *Power Politics*; OLSON; GROOM, *International Relations then and now*; Graham EVANS; Jeffrey NEWNHAM, *Dictionary of International Relations*.

² Almeida enfatiza esse ponto ao argumentar: “For many observers, Wight’s *Power Politics* also serves to illustrate Wight’s realism. Yet, a careful reading of the book shows that Wight merely treats the ‘realist’ argument of ‘power politics’ as a ‘working hypothesis’, which is abandoned during the book for the conception of international society and a normative approach to the study of international relations”. Ele destaca especialmente os capítulos 1, 9, 10 e 24. João Marques de ALMEIDA, *Challenging Realism by Returning to History: The British Committee’s Contribution to IR Forty Years On*, p.6. [todos os trabalhos de conferências citados nesta dissertação estão disponíveis no site www.leeds.ac.uk/polis/englishschool]

Essa ambivalência é percebida no desenvolver do livro, pois se Wight começa o livro questionando “até que ponto [política do poder] é um termo apropriado”⁴, ele também apresenta noções como a inevitabilidade do conflito no sistema internacional: “A guerra é inevitável, mas determinadas guerras podem ser evitadas. Isso significa viver em meio a infinitas incertezas e crises”⁵. Ao analisar, com ricos exemplos históricos, as instituições e os principais conceitos da política do sistema de Estado Moderno, o livro enfatiza os efeitos da anarquia internacional (sendo essa, na sua visão, a causa da guerra), da hierarquia do sistema e do poder que rege a política internacional.

Podemos encontrar nesse trabalho de Wight várias características da concepção de sociedade internacional que caracterizará seus trabalhos posteriores. Podemos encontrar, por exemplo, a matriz embrionária do que Bull posteriormente tratará como a constante presença do “elemento da sociedade internacional”. Bull, influenciado por Wight, argumenta que a idéia de “sociedade internacional” tem uma base na realidade que, por vezes, é precária, mas em nenhum momento desaparece. Assim, mesmo em períodos de guerra, a idéia da sociedade internacional tem sobrevivido. E sua sobrevivência, nesses tempos difíceis, formam a base para a reconstrução da sociedade internacional, quando a guerra dá lugar à paz ou o conflito ideológico à *détente*.⁶ Da mesma forma, escrevendo ao final da segunda guerra mundial, Wight não deixa de observar:

Ainda que se tenha dissipado a tradição de uma comunidade internacional com um padrão comum de obrigação e de justiça, ela não desapareceu por completo. Ela é a principal influência que tem modificado, e que ainda pode modificar, o funcionamento da política do poder, e ela ainda mantém um ligeiro brilho no preâmbulo da Carta das Nações Unidas. Naqueles países cuja cultura e política são favoráveis a sua sobrevivência, tal tradição é capaz de criar um ‘clima moral’ de opinião, que irá afetar políticos que desconhecem quaisquer teorias políticas tradicionais.⁷

Vemos, assim, que, mesmo em 1946, Wight já enfatizava a questão de como a idéia de uma sociedade internacional pode “modificar o funcionamento da política do

³ Hedley BULL; Carsten HOLBRAAD, Introdução, pp. 10-11 (ênfases minhas).

⁴ WIGHT, A Política do Poder, p. 15.

⁵ Ibid., p. 114.

⁶ Hedley BULL, The Anarchical Society – A Study of Order in World Politics, pp. 39-44.

poder”, dando sinais de seu racionalismo, que seria desenvolvido em trabalhos posteriores. O racionalismo incipiente do autor, apresentado em *A Política do Poder*, fica mais claro na edição póstuma, de 1978, em versão expandida do livro de 1946. Essa nova versão apresenta capítulos que foram posteriormente desenvolvidos, entre as décadas de 50 e 70, além de outros capítulos inteiramente novos, refletindo, dessa maneira, uma visão mais completa do pensamento de Wight. A nova versão de *A Política do Poder* enfatiza ainda mais a noção de sociedade internacional e, de certa maneira, distancia-se mais do realismo.

A edição póstuma de 1978 conta com capítulos que analisam o que Wight considerava as instituições da sociedade internacional: a diplomacia, as alianças, as garantias, a guerra e a neutralidade. Em um novo capítulo, sobre a sociedade internacional, Wight salienta mais uma vez o importante papel do sistema diplomático, do Direito Internacional, das instituições internacionais e das regras para limitar as guerras, no seu efeito de modificar a política de poder. Destaca também que, enquanto os Estados são os membros imediatos da sociedade internacional, os indivíduos são, em última instância, seus membros fundamentais. Mostra, ainda, como a sociedade internacional depende do cumprimento das regras e de uma noção subjetiva, o que chamou de *‘idéia de uma obrigação moral comum’*, fortalecida a longo prazo.⁸ Nesse caso, o Direito Internacional tem importantes funções subjetivas e objetivas. Subjetivas, porque sua existência comprova a própria existência da sociedade internacional, e objetivas, porque estabelece os direitos e deveres de seus membros. Nas palavras de Wight:

A comprovação mais essencial da existência de uma sociedade internacional é a existência do direito internacional. Toda sociedade possui o direito, que é o sistema de regras que estabelece os direitos e os deveres de seus membros. Em consequência disso, aqueles que negam a existência da sociedade internacional começam por negar a realidade do direito internacional. Eles [os realistas] dizem que o direito internacional não é o “verdadeiro” direito (pois eles definem “direito” de maneira a excluir o direito internacional, ou ainda argumentam que o direito internacional é algo abstrato, constantemente ignorado na prática pelos Estados.⁹

⁷ WIGHT, *A Política do Poder*, pp. 236-237.

⁸ *Ibid.*, p. 238 (ênfases minhas)

⁹ *Ibid.*, p. 87; C. A. W. MANNING, *The Nature of International Society*.

2.1.2

As Três Tradições da Teoria Internacional

Normalmente, a Escola Inglesa é identificada pela ênfase no conceito de sociedade internacional, o que reflete a influência de Martin Wight, que resgatou o pensador holandês do século XVII, Hugo Grotius, como uma alternativa ao estado de guerra hobbesiano e ao universalismo kantiano. A abordagem de Wight das três tradições talvez seja sua maior contribuição para o desenvolvimento da Escola Inglesa e para a disciplina de Relações Internacionais como um todo. Segundo Bull: “Wight via a teoria das Relações Internacionais como um estudo em Filosofia Política, uma maneira de examinar as principais tradições de pensamento sobre relações internacionais do passado”.¹⁰

Essas três tradições — realista, racionalista e universalista/“*Revolutionists*” ou maquiavélica, grotiana e kantiana, respectivamente — permitiram a Wight explorar a interpenetração entre teoria e a prática da Política: a teoria, através da análise e classificação de escritos dos teóricos das respectivas tradições; a prática, através da análise dos discursos e das ações de diversos estadistas.¹¹ Ao tomar os estadistas, Wight procurava detectar sua linha política e compreender em qual tradição essa se encaixava: “*If we speak of them as traditions of thought we consider them historically as embodied in and handed down by writers and statesmen*”.¹² As três tradições também permitiram a Wight comparar e julgar períodos históricos. O exame da prática conjugou a relação entre as três tradições do pensamento político e as três condições políticas, estabelecendo-se uma correspondência entre a tradição e a maneira de conceber as relações internacionais. Os realistas, por sua vez, focalizam a anarquia internacional, a multiplicidade de soberanos que não reconhecem um superior político, vendo as relações internacionais como um estado de guerra. Já os racionalistas destacam os elementos da diplomacia e do comércio. Por isso, vêem as relações internacionais como uma sociedade internacional que possui instituições capazes de regular a política internacional. Os universalistas vêem a multiplicidade de

¹⁰ Hedley BULL, *Martin Wight and the Theory of International Relations*, pp.x-xi.

¹¹ Sobre este ponto Wight comenta: “Here the distinction between theory and practice is not a hard-and-fast one”. WIGHT, *International Theory*, p.4.

¹² Martin WIGHT, *An Anatomy of International*, p. 226 (ênfases no original).

Estados soberanos formando um todo moral e cultural e colocam que o ponto de referência mais importante na política internacional não são os Estados, mas os indivíduos.¹³

Para Wight, a pergunta mais importante da teoria de Relações Internacionais é: O que é a sociedade internacional? O autor examina de que forma as três tradições respondem a esta pergunta.¹⁴ Para os realistas ou maquiavélicos — entre os quais Wight cita Thomas Hobbes, Jean Bodin, Benedict Spinoza, David Hume, G. W. Friedrich Hegel, Otto von Bismarck, Edward H. Carr e Hans Morgenthau — não há uma sociedade internacional, ou a sociedade internacional se restringe às grandes potências. Nessa perspectiva, a política internacional tem um caráter coercitivo, onde as regras são acordadas entre as grandes potências e impostas aos demais Estados. Se não existe uma sociedade internacional e a política internacional é uma guerra de todos contra todos, isso significa que os interesses de cada Estado estão em conflito.¹⁵

A premissa realista é a de que, em primeiro lugar, o Estado deve perseguir seu próprio interesse nacional, que significa ter autonomia de decisão e manter sua liberdade de ação. Wight coloca que a liberdade de ação era uma premissa que já se encontrava em Maquiavel e foi transportada para o Direito Internacional através de juristas do século XVIII, como Christian von Wolff e Emmerich de Vattel, que prescreveram, ao contrário de Grotius, que apenas os Estados deveriam decidir o que eles poderiam ou não fazer.¹⁶ Os Estados não precisam justificar sua força, pois não há restrições no campo da moralidade, uma vez que a política internacional encontra-se em uma condição pré-contratual. O único princípio que restringe a ação política é a prudência do estadista virtuoso.

Para a pergunta: o que é a sociedade internacional?, os “revolucionistas” ou kantianos¹⁷ respondem que é a comunidade de seres humanos e que por trás da

¹³ WIGHT, *International Theory*, p. 7; e WIGHT, *An Anatomy*, p. 221.

¹⁴ WIGHT, *International Theory*, p. 30. Para diferentes interpretações sobre o significado da sociedade internacional feita por diversas abordagens teóricas, ver Tim DUNNE, *Sociological Investigations: Instrumental, Legitimist and Coercitive Interpretations of International Society*.

¹⁵ WIGHT, *International Theory*, p. 112.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ A caracterização de Kant como “*Revolutionist*” feita por Wight é criticada por Georg CAVALLAR, *Kant and the theory and practice of International Right*, p. 10; e por Howard WILLIAMS; Ken BOOTH, *Kant: Theorist beyond Limits*, pp. 71-98. Ambos os trabalhos argumentam que o pensamento político de Kant não deve ser associado com questões de revoluções políticas, mas com uma noção de

fachada legal da fictícia Sociedade das Nações está a verdadeira sociedade internacional compostas pelos homens.¹⁸ Wight define “revolucionismo” como:

an approach to international politics which is governed by missionary zeal to renovate the international community. (...) The Revolutionist view of international relations assumes the necessity of universal renovation. It divides the world into the kingdom of light and the kingdom of darkness, the former being in a state of latent or actual holy war with the latter. It is a view which postulates ideological uniformity between states as desirable and asserts an interim ethic until the kingdom of light is triumphant. It is one, moreover, in which all principles have an ideological limitation, and in which the end justifies the means; or which alternatively asserts that the kingdom of light will triumph only through identification of political with private ethics”.¹⁹

Wight coloca que, se a doutrina realista do interesse nacional parte da premissa do conflito de interesses e defende a autonomia do interesse nacional, então, a doutrina universalista claramente parte da premissa oposta, a da comunidade internacional e da solidariedade dos interesses. Essa premissa é uma afirmação de que o interesse de fraternidade entre a humanidade é tanto possível de ser definido quanto alcançável. Ela sobrepõe qualquer interesse nacional, porque inclui todos os verdadeiros interesses nacionais, como o todo inclui as partes. A doutrina universalista da solidariedade internacional permanente, continua Wight, pressupõe que esta convergência de interesses se dará pelo imanente movimento da história.²⁰

Outro ponto salientado por Wight sobre os universalistas é a uniformidade doutrinária. O autor ressalta que a teoria universalista demanda homogeneidade entre os membros da sociedade internacional, ela requer, por exemplo, uma homogeneidade ideológica entre os Estados. Segundo Wight, o argumento clássico desse tipo é o ensaio de Kant sobre a *Paz Perpétua*, onde o primeiro artigo definitivo é que a constituição de cada Estado deve ser republicana. Dessa forma, continua

evolução. No entanto, Williams e Booth (p. 72) observam: “However, it is to Wight’s credit that he was the first modern theorist of international relations to take Kant’s work seriously”. Nesse sentido, Cavallar (p.151) pergunta se Wight, ao colocar Kant como uma das principais vozes na teoria das relações internacionais, não superestimou sua influência, uma vez que sua filosofia legal e política foi ignorada por décadas. Andrew Linklater argumenta que o trabalho de Kant é mais próximo do racionalismo do que a Escola Inglesa pressupõe. LINKLATER, *Rationalism*, p.114.

¹⁸ WIGHT, *An Anatomy*, p. 224.

¹⁹ WIGHT, *International Theory*, pp. 257, 259.

²⁰ *Ibid.*, p. 114.

Wight, não pode haver a paz internacional enquanto todos os governos não forem do mesmo feitio ideológico. Wight argumenta que, para os universalistas, o que importa é o tipo de Estado que existe. Eles acreditam, em primeiro lugar, na primazia da doutrina, e, em segundo lugar, na incorporação doméstica da doutrina que determinará a política externa. Quando se tem o tipo certo de Estado, tem-se o tipo certo de política.²¹

Nessa perspectiva, Wight coloca quais seriam as instituições internacionais (“um padrão de comportamento que exerce controle social”)²² para os kantianos. A primeira seria o espírito do comércio, que não pode existir em um estado de guerra, e que cedo ou tarde domina todas as nações. O autor coloca que isto equivale ao lema de Richard Cobden: livre comércio, paz e boa vontade entre as nações. Seria uma abordagem de todo o processo de mudança social, industrialização e o aumento da interdependência material que tanto o grotiano quanto o maquiavélico negligenciam. A segunda instituição seria a opinião pública mundial, que viria a tornar-se a mais poderosa a longo prazo. Wight destaca que a noção de autodeterminação, a partir de 1815, compeliu as potências coloniais a desmantelarem seus impérios. Constituindo-se, posteriormente, um dos princípios das Nações Unidas, a autodeterminação poderia ser considerada, segundo a visão dos revolucionistas, um dos principais motivadores do processo de mudança intelectual, educacional e do aumento da interdependência moral da humanidade. O autor coloca ainda que Kant via o iluminismo como algo que podia levar a humanidade para além das tendências egoístas de seus governantes e que as máximas dos filósofos devem ser consultadas, pois esses fazem parte de uma opinião pública esclarecida.²³

Wight via as três tradições como um contínuo, colocando, entre as duas extremidades do realismo e universalismo, a tradição racionalista ou grotiana. Wight se refere, constantemente, ao racionalismo em termos de uma *via media*.²⁴ Para a pergunta: o que é a sociedade internacional?, os racionalistas, seus maiores defensores, respondem:

²¹ Ibid., pp. 42 e 108.

²² Ibid., p. 144.

²³ Ibid.; e WIGHT, *An Anatomy*, pp. 224–225.

²⁴ Martin WIGHT, *Western Values in International Relations*, p.91.

Sovereign states, they will say, do form a society; they do not exist in a political or cultural vacuum, but in continuous political relations with one another. It is a society which must be understood on its own terms and not by comparison with domestic society, a society governed less by force, as the thinkers of the first group [os Realistas] may hold, than by custom. It is a society with a system of law that is crude and not centrally enforced but still true law, a society without a government but regulated by certain special institutions such as diplomacy, the balance of power and alliances.²⁵

*It is a society of other societies characterized by fewness and inequality, but this does not mean it is no society. There are several kinds of argument to show that international society is indeed a society; one of the most important is the existence of international institutions. It is clear where there is law, there is a society; similarly where there are institutions, there is a society.*²⁶

A doutrina racionalista do interesse nacional assume que exista, entre Estados, uma tensão de interesses. Mas, ao contrário dos realistas, afirma a ampla possibilidade do mútuo ajustamento desses interesses. Wight coloca também que o grande objetivo da ação do Estado, da política externa, é perseguir e resguardar o interesse nacional, mas estabelecendo um respeito pelos interesses dos outros, ou da sociedade internacional como um todo. Wight conclui que, portanto, para o racionalista, o que importa é o equilíbrio entre o interesse nacional e os interesses mais abrangentes.²⁷ Pois, mesmo que um Estado seja uma potência, o poder não é auto-justificável. A justificação do poder é, para o racionalista, o problema fundamental da política. Não sendo o poder auto-justificável, ele deve ser justificado ou legitimado por referência à alguma fonte externa a ele, e assim transformado em “autoridade”.²⁸

Em um outro trabalho, posterior ao das três tradições, *International Theory*, que data da década de 1950, Wight continua a desenvolver suas análises sobre a tradição racionalista. Em “Western Values in International Relations”, originalmente apresentado ao Comitê Britânico em outubro de 1961, dedica-se exclusivamente à

²⁵ WIGHT, *An Anatomy*, p. 223.

²⁶ WIGHT, *International Theory*, p. 140, (ênfases no original). Comentado sobre esta citação Onuf coloca “From a sociological point of view, ‘institutions’ are the mark of society”. Nicholas ONUF, *Institutions, intentions and international relations*, p.221.

²⁷ WIGHT, *International Theory*, p. 126.

²⁸ *Ibid.*, p. 99.

tradição Racionalista, que havia chamado de “broad middle road of European thinking”,²⁹ dada a grande quantidade de pensadores como, por exemplo, Vitoria, Suarez, Locke, Burke, Castlereagh, Gladstone, Franklin Roosevelt e Churchill, que o autor identificava como racionalistas.

Wight argumentou que as idéias associadas à tradição racionalista parecem ser especialmente representativas dos valores ocidentais. Ele destaca duas principais: a filosofia política do governo constitucional; e sua qualidade de *via media*.³⁰ Essas idéias guiam os princípios de política externa racionalista que chamou de “Whig or ‘constitutional tradition in diplomacy’”.³¹ Para Wight, a essência da tradição racionalista está na sua qualidade de *middle ground*, que significa o ajustamento entre a necessidade moral e as demandas práticas.³²

Wight concedia considerável flexibilidade na classificação das tradições. Dessa forma, de modo a procurar melhor representar as idéias dos teóricos políticos, inseriu subcategorias nas tradições. Ele distinguiu os revolucionistas moderados (soft), como Kant, W. Wilson e F. Roosevelt, dos revolucionistas, linha dura (hard), como os jacobinos e os marxistas-leninistas.³³ O autor distinguia também os maquiavélicos entre agressivos (Hitler, Mussolini, Bismarck pré unificação alemã) e defensivos (Salisbury, Bismarck pós unificação alemã). Os grotianos entre realistas (Churchill) e idealistas (Gladstone, Lincoln). Os kantianos entre evolucionários (Wilson, Dulles) e revolucionários (Mazzini, Lenin, Nasser), e, ainda, entre kantianos idealistas (Mazzini, Wilson, Nasser) e realistas (Lenin, Stalin, Hitler).³⁴

Wight se referia também a uma quarta tradição, o que chamou de “revolucionismo invertido” (Inverted Revolutionism). Ele explica que é “invertido”

²⁹ Ibid., p.14.

³⁰ WIGHT, Western Values, p. 91.

³¹ Ibid., p. 90.

³² Ibid., p. 128.

³³ WIGHT, International Theory, p.46-47.

³⁴ Ibid., p. 159-160. Martin Ceadel, critica o excesso de subdivisões argumentando que a tipologia de Wight é de pouca utilidade sem suas subdivisões, o que, na sua opinião, a torna desnecessariamente complicada uma vez que utiliza rótulos que não são prontamente compreendidos nem facilmente memoráveis. Martin CEADEL, Thinking About Peace and War, p.194. Wight, por sua vez, tinha consciência da confusão que poderia causar o que chamou de “confluência das tradições”: “So there has been a confluence, a convergence, if not to say confusion of traditions”. Mas observa que todas essas divisões é para tentar mostrar a complexidade do pensamento sobre relações internacionais: “(...) you might think I was playing with words, but I hope I have shown that there is more substance to international theory than that”. WIGHT, International Theory, pp. 265 e 268.

porque repudia o uso da força e é “revolucionista” porque vê esse repúdio como um princípio de validade universal e promove enfaticamente sua aceitação, ou seja, possui um caráter missionário. Tal tradição tem nos pacifistas seus principais representantes: “in international theory, such a position is usually called pacifism, and it is an important, fascinating, and *academically neglected part of the subject*”.³⁵ Esse ponto, sobre o “silêncio” da disciplina — para usar uma expressão cara aos pós-positivistas —, com relação à tradição pacifista tem uma significativa importância, principalmente se levarmos em consideração que essa foi uma tradição da qual Martin Wight, a partir de meados dos anos 30 e particularmente durante a Segunda Guerra, foi um de seus adeptos. Scott Thomas coloca que isso tem grande relevância, pois permitiu a Wight escrever sobre o pacifismo de uma maneira quase biográfica em *International theory: the three traditions*: “Wight’s criticism of pacifism in *International theory* appears to be a dialogue with his earlier convictions”.³⁶

Nesse sentido, Thomas destaca uma importante contribuição de Wight para a teoria de Relações Internacionais, uma contribuição que, de maneira geral, recebe pouco destaque com relação às suas outras contribuições:

What is not often remarked on is the unique intellectual space Wight provided for pacifism within the main perspectives of international theory. (...) What is important is the way Wight links theological and philosophical debates about the use of force, non-resistance, non-violence, and war and peace to the foundational assumptions of the main traditions of international theory. Wight has provided – what remains fairly unexplored – intellectual space for pacifism by bringing it in from the margins to a place where its adherents can more thoroughly engage with the traditions of international theory. At the level of pedagogy, how many undergraduates expect to come across the ideas of Gandhi, Tolstoy, Jesus, or even Anabaptists as part of the normal study of international relations?.³⁷

³⁵ Ibid., p. 108, (ênfases minhas). Seguindo o seu hábito de chamar as tradições com nomes de pensadores representativos das respectivas tradições, Wight nomeia o “revolucionismo invertido” de “The Gandhian Tradition”. Ibid., p. 272.

³⁶ Scott M. THOMAS, Faith, history and Martin Wight: the role of religion in the historical sociology of the English School of International Relations, p. 912 e 928. Além desta análise completa de Thomas sobre o pacifismo de Wight, ver também DUNNE, *Inventing International Society*, pp. 49-54. Nos anos 1980 a questão do pacifismo de Wight chegou a gerar um certo debate entre Michael Nicholson e Alan James. Nicholson argumentou que era uma contradição o fato de o pacifismo de Wight não estar explícito em seus trabalhos. Para ele o pacifismo de Wight era um enigma, ver Michael NICHOLSON, *The enigma of Martin Wight*; Alan JAMES, Michael Nicholson on Martin Wight: a mind passing in the night; Michael NICHOLSON, *Martin Wight : enigma or error?*.

³⁷ THOMAS, Faith, history and Martin Wight, p. 928.

A questão das subcategorias e outras tradições mostra que Wight tinha consciência da dificuldade de encaixar pensadores em determinadas categorias. Sua opção de criar a categoria do racionalismo reflete, em parte, essa preocupação. Por isso, Wight enfatizou: “The greatest political writers in international theory almost all straddle the frontiers dividing two of the traditions, and most of these writers transcend their own system”.³⁸ Timothy Dunne coloca que a noção de tradição em Wight permite a apreciação da diversidade e, até mesmo, de contradições e tensões no pensamento dos teóricos clássicos. Assim, é possível percebermos o realismo e o utopismo de Marx ou o estado-centrismo (ou mesmo o realismo) de Kant.³⁹ O uso das tradições para Wight não reflete a noção Kuhniana de paradigmas incompatíveis, ao contrário, como já salientado, ele destaca que suas fronteiras não são rígidas:

Thus, the three traditions are not like three railroad tracks running parallel into infinity. They are not philosophically constant and pure like three stately, tranquil and independent streams flowing first from Vitoria and Suarez to J.L. Briely, secondly from Machiavelli to E.H. Carr, and lastly from Ignatius Loyola to Eric Hobsbawm and Palme Dutt. They are streams, with eddies and cross-currents, sometimes interlacing and never for long confined to their own river bed. They are, to vary the metaphor, threads interwoven in the tapestry of Western civilization. They both influence and cross-fertilize one another, and they change, although without, I think, losing their inner identity.⁴⁰

2.1.3

A posição de Wight

A questão sobre em qual das três tradições o pensamento de Wight melhor se encaixaria sempre chamou a atenção dos comentadores. Um dos principais, Hedley Bull, coloca que o interesse de Wight pela teoria das Relações Internacionais deve-se, em parte, a sua insatisfação com os escritos dos realistas.⁴¹ Dunne observa que a sua terceira categoria — o racionalismo — tem origem na insatisfação de Martin Wight com o dualismo realismo/idealismo, tendo sido ele o primeiro teórico a rejeitar tal

³⁸ WIGHT, *International Theory*, p. 259.

³⁹ Timothy DUNNE, *Mythology or methodology? Traditions in international theory*, p. 313.

⁴⁰ WIGHT, *International Theory*, p. 260.

⁴¹ BULL, *Martin Wight*, p. x.

dualismo.⁴² João M. de Almeida argumenta que Wight não procurou apenas transcender a divisão realista/idealista mas, também, dado que tal divisão era uma criação realista, reagir contra o realismo.⁴³

O próprio Wight deixa clara sua insatisfação no último capítulo do livro *International Theory*, ao fazer o balanço das três tradições. Ele coloca que um de seus objetivos foi mostrar que as análises das duas escolas (realismo e idealismo) não são adequadas. Na sua opinião, elas refletem uma situação anormal. Assim, quanto mais as duas escolas formam a base para uma teoria geral das Relações Internacionais, mais irreal elas parecem se tornarem. Argumenta que pensadores como Grotius e Lenin são colocados em categorias que não foram feitas para eles.⁴⁴ Com relação às inúmeras críticas e freqüentes ataques à Carr e Morgenthau, a que se refere Almeida, poderíamos citar passagens em que Wight discorda da análise realista. Ele mostra, por exemplo, que “The Machiavellian analysis is as usual not penetrating enough”, ou, comentado sobre as generalizações trans-históricas dos realistas, coloca: “Morgenthau is unhistorical”. Segundo ele, geralmente, as afirmações de Morgenthau não são claras, o que gera muitas dificuldades para se entender o que ele quer dizer. Nesse sentido, Wight, ressaltando, inclusive, “a extravagância da linguagem de Morgenthau”.⁴⁵

Cabe ainda ressaltar, quanto à perspectiva de Wight, o ponto inicial de sua análise das três tradições. Para ele, a questão mais importante da teoria das Relações

⁴² DUNNE, Mythology or methodology?, p. 305. No lugar do tradicional dualismo Wight acrescentou, ou no dizer de Dunne “inventou”, nos anos 1950, o Racionalismo, ver WIGHT, *International Theory*. Ver também BULL, Martin Wight, p.x.

⁴³ Nesse seu trabalho, Almeida procura questionar a tradicional visão de categorizar Wight como realista. Diz ser muito estranho que sua reação contra o realismo no seu livro *International Theory* não tenha sido suficientemente apreciada, principalmente devido as inúmeras críticas e freqüentes ataques à Carr e Morgenthau que mostram sua total insatisfação com o domínio do realismo na disciplina. ALMEIDA, *Challenging Realism by Returning to History*, p. 6. Kingsbury e Roberts também chamam atenção para o fato de que a contraposição grotiana ao realismo dominante na teoria das relações internacionais tem sido freqüentemente subestimada. Benedict KINGSBURY; Adam ROBERTS, *Introduction: Grotian Thought in International Relations*, p.55.

⁴⁴ WIGHT, *International Theory*, p. 267.

⁴⁵ *Ibid.*, pp. 140, 121e 123, respectivamente. Para outras críticas à Morgenthau e comparações a Maquiavel e Hobbes, ver também pp. 104, 130, 136, 229, 267 e 271. O mesmo com relação a Carr, ver pp. 6, 17, 18, 21, 104, 129, 130, 136, 175, 190, 260, 267, 271. Este tipo de crítica sobre a extravagância dos linguagens dos realistas e sobre a relativa “pobreza” de suas teorias também foi feita posteriormente por Hedley Bull. Ver o seu artigo, “The Theory of International Politics, 1919-1969 (1972), p.191.

Internacionais é: “What is international society?”.⁴⁶ Segundo Almeida, Wight sabia que essa não era, nem nunca poderia ser, a principal questão nem para os realistas, nem para os universalistas. Enquanto os primeiros negam a existência da sociedade internacional, os últimos vêem a sociedade de Estados soberanos como uma “ficção” que precisa ser transcendida.⁴⁷ Jens Bartelson observa que a maneira como a pergunta é colocada demonstra o comprometimento ontológico de Wight com a sociedade internacional e com a perspectiva racionalista.⁴⁸

Bull e Holbraad também notam que “nessas palestras [que originaram o livro *International Theory*], ele claramente não assume uma postura realista”.⁴⁹ No fim do livro, o próprio Wight comenta: “You will have guessed that *my prejudices are Rationalist*, but I find I have become more Rationalist and less Realist through rethinking this question during the course of giving these lectures”.⁵⁰ Dessa forma, demonstra um maior alinhamento com a tradição racionalista, que seria desenvolvida em seus escritos posteriores.

Contudo, dado que com o tempo os elementos grotianos no pensamento de Wight tornaram-se preponderantes, temos que levar em consideração que a questão da “confluência das tradições” refletem, segundo Bull, uma tensão no próprio pensamento de Wight. De acordo com Hedley Bull, não há dúvidas de que, se tivéssemos que enquadrar Martin Wight em uma das suas três categorias, deveríamos considerá-lo grotiano. Mas, por outro lado, observa que seria errôneo forçá-lo na categoria grotiana. Para Bull, “It is a truer view of him to regard him as standing outside the three traditions, feeling the attraction of each of them but unable to come to rest within any one of them, and embodying in his own life and thought the tension among them”.⁵¹ Talvez isso signifique exatamente o que Wight quis dizer quando colocou: “The reflective person will perhaps feel free to move round the circle and enter into any position without settling anywhere”.⁵² E, principalmente, a tensão fica

⁴⁶ Ibid., p. 30; e WIGHT, *An Anatomy*, p. 222.

⁴⁷ ALMEIDA, *Challenging Realism*, p. 7.

⁴⁸ Jens BARTELSON, *Short circuits: society and tradition in international relations theory*, p. 341; DUNNE, *Inventing International Society*, p. 8; ALMEIDA, *Challenging Realism*, p. 7, nota 47.

⁴⁹ BULL; HOLBRAAD, *Introdução*, p. 11.

⁵⁰ WIGHT, *International Theory*, p. 268, (ênfases minhas).

⁵¹ BULL, *Martin Wight*, p. xiv.

⁵² WIGHT, *International Theory*, p. 268.

nítida ao dizer: “(...) when I scrutinize my own psyche I seem to find all these three ways of thought within me”.⁵³

2.1.4

A contínua importância das tradições na atual teoria das Relações Internacionais

É pertinente questionar se a análise de Martin Wight das três tradições, ou mesmo o uso e referências a tradições de pensamento — geralmente associado a uma abordagem clássica ou tradicionalista — ainda possui relevância no atual estágio da teoria de Relações Internacionais. Apesar de hoje em dia muitos dizerem-se contrários às referências das tradições, alguns teóricos argumentam que essas continuam sendo um importante instrumento e que podem ser usadas de forma a aumentar o potencial crítico das análises pós-positivistas. Por isso, será importante analisarmos as posições mais recentes sobre o papel de Wight.

Em primeiro lugar, conforme nota Steve Smith, a divisão de Wight da teoria de Relações Internacionais em três tradições tem sido a principal categorização para aqueles que trabalham na interseção entre teoria política e internacional e que, como Wight, tentam criar uma teoria das Relações Internacionais que até então era negligenciada ou inexistente; ou seja, uma teoria que pudesse superar a divisão entre os planos doméstico e internacional (ver a próxima seção, onde este ponto será discutido amplamente).⁵⁴ Nessa área, mesmo aqueles que não concordam com a categorização das três tradições, ou possuem alguma outra divergência com a sua teoria, não deixam de reconhecer a importância do trabalho de Wight. Nesse sentido, vários outros teóricos atuais concordam e utilizam amplamente a categorização de Wight. Um exemplo recente é o livro *Classical Theories of International Relations*, onde teóricos de diferentes predisposições metodológicas analisam diversos teóricos políticos, como Hobbes, Grotius, Kant, Vitoria, Rousseau, Adam Smith, Burke, Hegel, Gentz e Vattel, através do prisma das três tradições. O resultado, segundo os

⁵³ WIGHT, *An Anatomy*, p. 227.

⁵⁴ SMITH, *The Self-Images*, p. 11.

editores, foi o melhor possível, tendo sido o trabalho enriquecido com o paralelo estabelecido com a produção de Wight:

Such an approach [as três tradições] is unanimously endorsed by the contributions to this book(...) our essayists seem to be persuaded of the enriching effect of assessing each writer against the traditions: it enables them to illustrate the ‘internal’ debate among the traditions in which each theorist is engaged and out of which each develops a unique composition of diverse elements.⁵⁵

Em segundo lugar, pode-se argumentar que a recente preocupação de grande parte dos teóricos pós-positivistas com as chamadas questões de segunda-ordem, ou seja, questões sobre ontologia e epistemologia, também pode ser analisada através das três tradições.⁵⁶ O argumento ontológico das três tradições de Wight está associado com o que Richard Little chamou de “pluralismo ontológico”. Apesar de muitas vezes Wight e os demais membros da Escola Inglesa fazerem uma defesa implícita da posição grotiana ou racionalista, seu principal objetivo é destacar a importância da mútua existência dos três elementos — embora em algumas ocasiões um ou outro elemento se destaque mais, como é o caso do elemento realista em tempos de guerra, do elemento racionalista em tempos de paz, do elemento revolucionista em tempos de revolução. Segundo Little, os elementos coexistem e a nenhum é dado uma prioridade ontológica sobre os outros; assume-se, portanto, que eles estão operando dentro de uma mesma realidade complexa. De acordo com Little, este pluralismo ontológico

⁵⁵ Ian CLARK; Iver B. NEUMANN, Conclusion, pp. 257 e 258. Ver também, “Special Issue: Beyond International Society”, *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 21, nº3, 1992. Este livro, *Classical Theories of International Relations*, foi originalmente concebido como uma homenagem à R. J. Vincent — um dos principais teóricos da Escola Inglesa — e inspirado no seu exemplo como teórico e professor. Vincent ministrava em Oxford o curso também chamado “Classical Theories of International Relations”. O próprio Vincent achava muito útil o estudo de pensadores clássicos através das três tradições de Wight e as utilizava frequentemente em seus trabalhos. Ver R. J. VINCENT, *Edmund Burke and the Theory of International Relations*.

⁵⁶ Um exemplo, é a interessante ligação feita por Tim Dunne entre aspectos epistemológicos das três tradições de Wight e aspectos epistemológicos de teóricos pós-colônias: “(...) post-colonial literary theorists such as Todorov and Said have been at the forefront of thinking about the political and epistemological implications of cultural encounters. While this article endorses the importance of these post-colonial writers, it also seeks to draw favourable comparison between their work and Martin Wight’s approach to colonial theorising. Like Todorov and Said, Wight weaves history and theory together in a compelling fashion: Todorov through biographical narration; Said through an analysis of largely British and French Orientalists; and Wight using his three traditions (...). His three traditions provides us with ‘lenses’ through which we can see clearly how colonial theories of identity (or ‘mankind’ to use Wight’s word) and practices of diplomacy and law shaped the conquest of Australia

deve ser enfatizado, pois, devido a forte identificação da Escola Inglesa com o elemento de “sociedade internacional”, as implicações metodológicas e ontológicas dessa visão não foram, ainda, devidamente exploradas.⁵⁷

O pluralismo ontológico da três tradições de Wight é atrativo para os pós-positivistas, pois salienta o fato de que nenhum discurso é soberano. Dessa forma, favorece abordagens que rejeitam teorias que afirmam a existência de uma posição epistemologicamente privilegiada, que lhes garantiriam uma superioridade cognitiva sobre as demais visões. A abertura para múltiplas possibilidades, trazida pela teoria de Wight, não deixou de ser notada por alguns pós-modernos. James Der Derian comenta:

In this state of theoretical conflict, Martin Wight's essay [Why Is There no International Theory?] – which anticipates Hedley's Bull critique of scientism in international theory – stands out as the perfect pre-text for interpreting international theory as an *intertext*, described by the semiologist Roland Barthes as “multi-dimensional space in which a variety of writings, none of them original, blend and clash”. International relations requires an intertextual approach, in the sense of a critical inquiry into an area of thought where there is no final arbiter of truth, where meaning is derived from an interrelationship of texts, and power is implicated by the problem of language and other signifying practices. There is, then, a strategic aspect to intertextualism: it involves a survey of fields of battle commonly described as international theory. But victories are not judged by a theory's power to order and verify facts. Rather an intertextual strategy attempts to understand the placement and displacement of theories, how one theory comes to stand above and silence others theories,⁵⁸ but also how theory as a knowledge practice has been historically and often arbitrarily separated from “events”, that is, the materially inspired practices comprising international society. This is to challenge the given boundaries of the battlefield, both

just as the ideology of Orientalism in part constituted the Orient”. Timothy DUNNE, *Colonial encounters in international relations: Reading Wight, writing Australia*.

⁵⁷ Richard LITTLE, *The English School's Contribution to the Study of International Relations*, pp.402-403. Little (pp.400-402) também critica aqueles que falham em destacar esse pluralismo na Escola Inglesa, como é o caso de David Boucher, por exemplo. Boucher argumenta que a Escola Inglesa vê cada uma de suas tradições como categorias mutuamente exclusivas e autônomas. Segundo Little, esta interpretação errônea é mais comum do que se possa imaginar e mostra como Boucher falha ao não reconhecer que a Escola Inglesa usa o mesmo tipo de pluralismo metodológico que Boucher atribui a suas próprias tradições. Little mostra também as várias inconsistências das críticas de Boucher às categorizações de Wight. Ver David BOUCHER, *Political Theories of International Relations: From Thucydides to the Present*, capítulo 1.

⁵⁸ É interessante notar que, no último capítulo do livro *International Theory*, Wight devota toda uma seção para examinar como o racionalismo se enfraqueceu e como o realismo, começando com a tradição da *realpolitik* no século XIX, tornou-se a principal teoria das Relações Internacionais. Wight nota que devido ao enfraquecimento do racionalismo houve a divisão entre realismo e idealismo. Dessa forma, conforme ficará claro, na seção seguinte, que um dos principais objetivos de Wight era resgatar o racionalismo como uma importante voz no discurso sobre as Relações Internacionais. Ver o capítulo 12 de *International Theory*.

the geopolitical lines between the states and within systems, and the theory/practice divisions inscribed by the discipline. (...) We begin where Wight and Bull left off, to interrogate present knowledge of international relations through past practices, to search out the margins of political theory, to listen for the critical voices drowned out by official discourses, and to conduct an inquiry into the encounter of the given text.⁵⁹

Nesse contexto, é importante lembrar que a própria natureza das teorias eram examinadas por Wight. Talvez a questão mais fundamental levantada pelo autor seja sobre os tipos de conhecimentos que podem ser alcançados através da pesquisa teórica nas Relações Internacionais.⁶⁰ Nesse sentido, Ian Clark coloca que se as tradições conseguirem mostrar que não são conceitos eternos e imutáveis e que não direcionam, rigorosamente, o pensamento para caminhos predeterminados, mas, ao contrário, puder ser argumentado que as tradições podem ser adaptadas para levantar um maior número de questões, não apenas sobre o conteúdo do pensamento “tradicional”, mas também sobre seu alcance e escopo, então elas devem ser integradas à atual agenda “anti-tradicional”.⁶¹

Clark salienta ainda as ligações entre as tradições de Wight e o atual debate sobre a natureza, tipos e propósitos da teoria. Chamando atenção para o fato de ser significativo que o trabalho de alguns atuais anti-tradicionistas baseiem-se tanto em discernir classificações de métodos e abordagens tripartíteis, cita como exemplo mais interessante o trabalho de Andrew Linklater. Esse autor começa sua discussão com a taxonomia de Wight e coloca que a principal preocupação das três tradições é com poder, ordem e emancipação, respectivamente.⁶² Além disso, Linklater argumenta, de forma contundente, que a atual teoria crítica nas Relações Internacionais baseia-se em importantes similaridades entre as principais tradições do pensamento internacional e as “três sociologias”: positivismo, hermenêutica e sociologia crítica. Posteriormente, prossegue examinando detalhadamente tais similaridades.⁶³

⁵⁹ James DER DERIAN, *The Boundaries of Knowledge and Power in International Relations*, p.6.

⁶⁰ David S. YOST, *Political Philosophy and the Theory of International Relations*, p. 289.

⁶¹ Ian CLARK, *Traditions of Thought and Classical Theories of International Relations*, p. 11e 12.

⁶² *Ibid.*, p. 12.

⁶³ Andrew LINKLATER, *Beyond Realism and Marxism: critical theory and international relations*, p. 9 e também todo o capítulo 1. Um outro trabalho que de certa forma baseia-se na divisão de Wight é Torbjorn L. KNUTSEN, *A History of International Relations Theory*, pp. 252-258. Knutsen usa os mesmos nomes dos 3 Rs de Wight.

Outro ponto interessante apresentado é com relação aos pós-modernos, que, aparentemente, são os que menos estariam dispostos a utilizarem as tradições. No entanto, uma observação atenta mostra que, na verdade, o que eles rejeitam em determinadas tradições é justamente o caráter estático de algumas delas. Segundo Walker, ‘References to a tradition of international relations theory are by no means innocent. This is not to say that they are entirely misleading. They offer us a number of important clues about the historically constituted nature of both theory and practice of international politics’.⁶⁴ Os pós-modernos querem mostrar que referências às tradições não devem ser aceitas como algo dado, senão que, para que uma tradição possa ser reconhecida, deve-se investigar suas suposições teóricas. Der Derian, por exemplo, reconhece a utilidade e a plausibilidade de determinadas tradições, mas salienta: “The power, indeed, the plausibility of a ‘tradition’ is recognised, but the authors seek to understand *why* a particular tradition develops in a specific historical moment, *how* it makes the world intelligible, the *source* of its persuasive power, and the *cost* of an intellectual tradition which outlives its heuristic value”.⁶⁵

Clark coloca que o próprio método genealógico utilizado por Der Derian, ao invés das tradições, de certa forma, é como um antídoto para as tradições. A genealogia ajuda a explicar porque determinadas tradições se estabelecem de uma forma e não de outra. Conforme já mencionado, Clark procura mostrar que as tradições não devem se limitar a se referir à existência, à natureza ou inexistência da sociedade internacional, mas devem também se mostrar como estratégias metodológicas capazes de interrogar a natureza da teoria, sobre suas funções através do tempo e sobre suas relações com a prática da política internacional. Ele observa ainda que essa é uma tentativa que os pós-modernos se mostram dispostos a empreender e cita Walker, que se refere ao uso das tradições não como instrumentos de fechamentos e legitimação de reificações, mas como uma fonte de oportunidades críticas. Dessa forma, conclui que dada a semelhança de como Wight via a utilização de suas próprias tradições, elas ainda se mostram importantes fontes de

⁶⁴ R. B. J. WALKER, *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*, p. 29.

⁶⁵ James DER DERIAN, *Introducing Philosophical Traditions in International Relations*, p. 190 (ênfases no original).

questionamento do conhecimento teórico.⁶⁶ Timothy Dunne reforça as características destacadas por Clark, ao dizer que, apesar de existirem citações de teóricos críticos que à primeira vista poderiam dar a impressão de que eles rejeitam totalmente este método, a proliferação de prefixos com “pós” e “além” indica que a própria teoria crítica se baseia na re-articulação das tradições existentes. Mostrando que um teórico pode ser interessado em tradições sem ser, necessariamente, um tradicionalista, conclui enfatizando que, por todas essas razões, as tradições continuam sendo um importante elemento para o trabalho dos teóricos de Relações Internacionais.⁶⁷

2.1.5

Martin Wight, Teoria Política e Teoria das Relações Internacionais

O ensaio de Martin Wight “Why Is There No International Theory?” é um dos mais conhecidos e polêmicos da disciplina. Conseqüentemente, divide as opiniões de seus comentadores até hoje. A maioria dos autores que se referem a este ensaio — geralmente em notas de rodapé ou rápidas menções — destacam a suposta divisão feita por Wight entre política internacional e doméstica, o que, dessa forma, o levaria a separar a teoria internacional da teoria política.⁶⁸ Diversos outros comentadores, entre eles, Hedley Bull, Tim Dunne, Roger Epp, João Marques de Almeida e Nicholas Wheeler, divergem dessa posição, argumentando, basicamente, que todo o trabalho de Wight é uma negação dessas dicotomias e que supor o contrário seria distorcer seu argumento.

Dunne, por exemplo, argumenta que esse tipo de crítica sobre as dicotomias surgiram em parte porque o significado do ensaio inaugural do Comitê Britânico — “Why Is There No International Theory?” — não foi suficientemente contextualizado. Acrescenta ainda que tal visão sobre a separação espacial entre os

⁶⁶ CLARK, Traditions of Thought, pp. 15-16.

⁶⁷ DUNNE, Mythology or methodology?, pp. 310-312 e 318.

⁶⁸ Andrew LINKLATER, Men and Citizens in the Theory of International Relations, capítulos 1 e 2; Robert JACKSON, Martin Wight, International Theory and the Good Life; WALKER, Inside/Outside, pp.33-4; Robert JACKSON, Is There a Classical International Theory?; Michael C. WILLIAMS, Rousseau, Realism and *Realpolitik*, p. 185; SMITH, The Self-Images, p. 8; KNUTSEN, A History of International Relations Theory, p. 1; Cynthia WEBER, Reading Martin Wight’s ‘Why Is There No International Theory’ as History.

dois domínios vai contra o entendimento de Wight sobre o mundo social.⁶⁹ Vale a pena nos determos nesse argumento de Dunne sobre a contextualização do ensaio de Wight, uma vez que esse nos ajuda a entender melhor o que Wight pretendia ao escrever o ensaio e, também, que é um argumento pouco explorado, sendo desconhecido de muitos. Isso deve-se, principalmente, por dois motivos. Em primeiro lugar, porque a própria história do Comitê Britânico não foi tratada de maneira sistemática na disciplina. A história do Comitê Britânico, ignorada nos principais livros sobre a história da disciplina, era mencionada apenas de passagem em relatos de seus ex-membros, geralmente em introduções de livros.⁷⁰ Em segundo lugar, porque diverge da leitura normalmente aceita na disciplina.

Dunne começa analisando algumas críticas ao citado ensaio de Wight que vêm nesse uma suposta divisão ontológica entre o doméstico e o internacional. Ou seja, analisa as críticas de teóricos de perspectivas cosmopolitas, que apontam para o fato de que Wight se equivoca ao se referir à escassez da teoria internacional. Esses argumentam que, se não partirmos do pressuposto da separação dos Estados, há muita teoria internacional a ser feita, uma vez que o verdadeiro foco deve ser na comunidade mundial dos indivíduos, sendo a separação em Estados apenas um arranjo dessa comunidade. Analisa também a objeção dos comunitaristas, que

⁶⁹ DUNNE, *Inventing International Society*, p. 47.

⁷⁰ Repare, por exemplo, na colocação de um teórico dos anos 70 — um teórico que não raro é associado à Escola Inglesa — sobre a publicação de alguns trabalhos de Wight originalmente apresentados ao Comitê Britânico, no livro *Systems of States*: “For those who knew Wight chiefly through the enthusiastic report of others, and for whom the work of the British Committee too has been shrouded in a certain mystery, the book is a welcome revelation. The introduction by Hedley Bull sheds much valuable light on the personal and intellectual background of Wight’s work on international relations”. Murray FORSYTH, *The Classical Theory of International Relations*, p. 411. Dunne ressalta que além de preencher um vazio na história da disciplina, destacando as principais idéias associadas ao Comitê Britânico, como ele foi organizado, quem eram seus membros e sobre o propósito geral do grupo, uma outra importante alegação a ser feita ao escrever sobre o Comitê era: “that our understanding of a number of key essays such as Martin Wight’s ‘Why is there no International Theory?’ and Hedley Bull’s ‘International Theory: the Case for a Classical Approach’ is heightened by a knowledge of the history of the British Committee and the principles and prejudices upon which it was founded”. DUNNE, *Inventing International Society*, p. 89. É importante destacar que o livro de Dunne não é a primeira história sobre o Comitê Britânico. Uma história foi anteriormente escrita por Brunello Vigezzi como uma longa introdução de noventa páginas para a edição italiana do *The Expansion of International Society*. Mas, obviamente, em uma disciplina nem tanto internacional — como diria Waever — dominada pelo idioma inglês, um trabalho escrito em italiano, diferentemente do que aconteceria, por exemplo, em uma disciplina como Direito Internacional, não teve a devida repercussão sendo raramente mencionado, salvo por alguns poucos teóricos que possuem como principal interesse de pesquisa o estudo sobre a Escola Inglesa.

argumentam que o problema no artigo de Wight é sua definição de Teoria Política. Para esses, Wight se equivoca ao tratar as Relações Internacionais e a Teoria Política como discursos separados. Dunne observa que Chris Brown argumenta que uma definição de Teoria Política mais acurada deveria se basear em termos de “discurso sobre justiça”, o que transformaria a relação entre o doméstico e o internacional, tornando-a desnecessária. Dunne afirma que, apesar dessas críticas serem bem fundamentadas, há uma sensação de que elas obscurecem a principal motivação que está por trás do ensaio de Wight.

Baseando sua pesquisa na correspondência entre os membros do Comitê Britânico, Dunne desenvolve o argumento de que Wight proveu o arcabouço intelectual na primeira fase das atividades do Comitê. Ele mostra como todos os outros membros do Comitê viam-no como “the theory man” — conforme as palavras de Butterfield — e esperavam que Wight guiasse a linha de pesquisa a ser desenvolvida pelo Comitê. A correspondência também mostra que Wight tinha uma visão clara do que deveria ser estudado pelo Comitê. Por esse motivo, quando perguntado sobre a possibilidade de convidar E.H. Carr para fazer parte do Comitê, Wight responde que prefere não convidá-lo, pois Carr poderia desviar a discussão do Comitê para outros caminhos que não aqueles que o Comitê pretendia. Dunne afirma, portanto, que foi dado à Wight a responsabilidade de apresentar o trabalho inaugural do Comitê, em sua primeira reunião em janeiro de 1959, uma vez que todos esperavam que a partir desse trabalho, Wight pudesse moldar a linha de pesquisa a ser desenvolvida pelo Comitê:

The intention behind Wight’s paper [Why Is There No International Theory?] was to shape the Committee’s theoretical investigations in the direction of discovering patterns of theory and practice in international relations, rather than focusing (as a good deal of political philosophy does) on questions of justice which take the existence of order for granted. There is no doubt that Wight succeeded in persuading the Committee of the urgent need for international theory (...).⁷¹

A análise crítica de João Marques de Almeida, assim como a de Dunne, sobre a questão da contextualização do artigo de Wight, “Why Is There No International Theory?”, levantam características, pontos e objetivos que, embora de relevância

primordial para seu entendimento, foram pouco ou nada salientados nas demais análises. Almeida coloca também, de forma explícita, vários argumentos que ficam subentendidos na análise de Dunne, complementando-a, de certa maneira.

O principal objetivo do trabalho de Almeida é mostrar como a Escola Inglesa rejeitou a hegemonia realista na disciplina e buscou formar uma alternativa a essa, ao buscar reconstruir tanto a história da sociedade internacional como a história do pensamento político em termos não realistas. Dessa maneira, a Escola Inglesa abordava temas como balanço de poder de uma forma não realista, da mesma forma que buscava recuperar tradições de pensamento político que eram opostas à *realpolitik*, ou seja, teorias como o Direito Natural, o Liberalismo e a tradição do Direito Internacional — justamente as teorias contra as quais a tradição da *realpolitik* emergiu no século XIX.⁷² Para Almeida, o artigo de Wight “Why Is There No International Theory?” é peça importante na tentativa da Escola Inglesa de recuperar a tradição racionalista ou grotiana para o estudo das Relações Internacionais.

Nesse sentido, Almeida, como Dunne, discorda das leituras normalmente feitas do artigo de Wight “Why Is There No International Theory?”, principalmente daquelas que vêem nesse uma prova do realismo de Wight:

To consider ‘Why Is There No International Theory?’ as a realist piece of work may lead to a serious puzzle. This reading is quite logical for those who include the English school in the realist tradition. Yet, for those who believe that the English school constitutes an alternative to realism and identify the origins of the school with the British Committee, it seems to be quite contradictory to share that reading of Wight’s inaugural presentation. How could someone, who is committed to participate in a collective research work with the goal of developing an alternative to realism, present a realist paper in the very first meeting of the group? Wight presented ‘Why is There No International Theory?’ in the first meeting of the British Committee on the Theory of International Politics, in January 1959. At the time, it is important to remember, as a University Reader, Wight was teaching a course on ‘International Theory’, since the

⁷¹ DUNNE, *Inventing International Society*, p. 95.

⁷² Almeida complementa: “Returning to history was indeed a crucial element in the strategy of the English School to oppose realism and thereby to try to set the discipline on new foundations”. ALMEIDA, *Challenging Realism by Returning to History*, p. 3. De maneira semelhante Dunne coloca: “In order to go beyond realism, Martin Wight looked back to the classical ideas from European international society relating to the management of International Relations, in particular the writings on international law, diplomacy and the balance of power. It was this stock of knowledge which the English School sought to interrogate, a corpus untouched by the early debate between realism and idealism. These classical writings on law and morality were identified first by Martin Wight and then by Hedley Bull as constituting a ‘Grotian’ or rationalist tradition”. DUNNE, *Inventing International Society*, pp. 7-8.

Summer Term of 1957, whose purpose was to study ‘the political philosophy of international relations’. Now it seems rather odd that one denies the existence of something that is the central part of one’s professional life.⁷³

Por isso, Almeida chama a atenção para o fato de que, para entendermos as intenções de Wight, faz-se importante entender o que ele entendia por “teoria internacional”. Ele coloca que Wight usava a expressão teoria internacional em dois sentidos: em um sentido geral e outro restrito. Ele também salienta o fato de que isso só pode ser percebido se lermos o “Why Is There No International Theory?” tanto no contexto do argumento do livro *International Theory* quanto no contexto geral do projeto de pesquisa do Comitê Britânico.

No contexto do livro *International Theory*, Almeida argumenta que o maior problema com as interpretações usuais desse livro de Wight é a utilização do que ele chama de “tese da conversação” entre as três tradições para explicar o conteúdo do livro. Essa tese da conversação se refere ao tipo de interpretação que enfatiza a existência de um diálogo entre as três tradições. Para ele, essa negligencia, de maneira geral, a reação de Wight contra a dominação do realismo na teoria internacional do século XX. Pois Wight argumenta na conclusão do livro que a tradição racionalista praticamente desapareceu no século XX⁷⁴ e Almeida argumenta que recuperá-la era um dos principais objetivos de Wight como forma de estabelecer uma alternativa ao realismo:

the point to make here is that, given its initial question [O quê é a sociedade internacional?], *International Theory* should be read as the beginning of Wight’s recover of the tradition of rationalism, as a ‘meaningful category’, and as part of his reaction against realism. Indeed, when Wight started his lectures, in the middle 1950s, there was no distinct rationalist voice in the discipline of International Relations. As such, the conversation between the three traditions, or at least a conversation with a rationalist participation, had stopped in the beginning of the twentieth century. To rescue the rationalist view was one of Wight’s central purposes in *International Theory*. Such a task required, first of all, a return to classical political thought to recover or to develop intellectual traditions that could serve as an alternative to both

⁷³ ALMEIDA, Challenging Realism by Returning to History, p. 5.

⁷⁴ Na citação a seguir, Wight deixa claro que devido ao virtual desaparecimento do racionalismo, tornou-se comum a divisão da teoria internacional em duas Escolas: “Rationalism, which used to be an orthodox, traditional, and respectable school of international theory, has grown steadily weaker, steadily dissolved, shedding its strength and support to the schools on the flanks. Hence we have had the recent fashionable division of international theory into two schools: Realists and utopians (Carr), or realists and idealists (Morgenthau)”. WIGHT, *International Theory*, p. 266.

realism and idealism. As we know, this was achieved through the recovery of the Grotian theory of international law, of Locke's classical political liberalism, and of Burke's constitutional Whigism.⁷⁵

Esse ponto destacado por Almeida é de extrema importância para entendermos o pensamento de Wight. Segundo ele, um dos principais propósitos do livro de Wight, *International Theory*, era resgatar tradições intelectuais que pudessem servir como alternativa tanto para o realismo quanto para o idealismo. Benedict Kingsbury e Adam Roberts, em seus estudos sobre o pensamento grotiano na teoria das Relações Internacionais, também destacam esse ponto central sobre o método de Wight para o estudo da história das idéias. Dessa forma, comentando sobre uma metodologia para o estudo da história das idéias que procurasse identificar e traçar uma determinada tradição intelectual e verificar como essa respondia a outras tradições opostas, Kingsbury e Roberts argumentam:

⁷⁵ ALMEIDA, Challenging Realism by Returning to History, p. 7. Almeida destaca também o papel de Bull em buscar questionar as interpretações realistas de alguns pensadores. Ele coloca que o desenvolvimento do conceito de sociedade internacional, como oposição à idéia realista do estado de natureza, envolveu em primeiro lugar uma reinterpretação de Hobbes. Tal tarefa, continua Almeida, tinha o propósito específico de rejeitar a descrição realista do sistema internacional como um estado de natureza. Ele argumenta que teóricos como Hans Morgenthau e Kenneth Waltz defenderam tal comparação. Segundo Almeida, mais do que qualquer outro membro de Comitê Britânico, foi Bull, em seu artigo "Society and Anarchy in International Relations", que criticou a maneira como autores realistas se apropriaram do pensamento de Hobbes. Entre outras críticas, Almeida salienta que Bull argumentou que o próprio Hobbes dizia que o estado de natureza internacional era diferente do doméstico. Ele argumenta que Bull, utilizando os próprios argumentos de Hobbes, mostra que o pensamento de Hobbes não corresponde ao que geralmente é tido como a 'visão hobbesiana'. Por isso, ao dissociar Hobbes da chamada 'tradição hobbesiana', Bull é capaz de criticar a analogia entre o estado de natureza e a política internacional. Por isso, Almeida conclui que, dessa forma, com a discussão de Bull sobre Hobbes, nós temos um dos primeiros exemplos de crítica ao realismo ao repensar as pressuposições associadas a um pensador antigo. Ele argumenta ainda que, a partir desta crítica de Bull, tornou-se comum na Grã-Bretanha dissociar o pensamento de Hobbes do realismo e cita como exemplo os trabalhos de Murray Foryth, Vincent e Cornelia Navari. Entretanto, Almeida chama atenção para o fato de que o tratamento de Hobbes na Escola Inglesa é, de certa forma, confuso. Observa que em "Why Is There No International Theory", Wight começou a dissociar Hobbes da tradição realista. No entanto, em *International Theory*, ele consistentemente vê Hobbes como realista. ALMEIDA, Challenging Realism by Returning to History, pp.11-13. Ver, Hedley BULL, Society and Anarchy in International Relations; e Hedley BULL, Hobbes and the International Anarchy (1981). Neste artigo, Bull (p.205) argumenta que Hobbes era "a true philosopher of peace". Ver também Stanley HOFFMAN, International Society, p.23; e Michael C. WILLIAMS, Hobbes and international relations: a reconsideration. Segundo Williams (pp.213-214), "realists have not been alone in claiming Hobbes as one of their own. Indeed, a conspicuous challenge to this prevailing appropriation is provided in the reading of Hobbes characteristic of the so-called English school of international theory".

Here the enterprise would depend upon the identification of distinctively Grotian strands of thought in the history of ideas about international relations; the tracing of these strands from pre-Grotian writings through to modern times; and the investigation of the response of the Grotian tradition to internal conflicts and to encounters with ideas and concepts espoused in other traditions. Among modern scholars of international relations, an enterprise with some of these characteristics was that undertaken by Martin Wight. As Wight rightly observed, one of the earliest defining features of the Grotian tradition as perceived by pre-Enlightenment writers was its opposition to the *Realpolitik* associated (whether fairly or not) to Machiavelli. (...) many of the criticisms of Realist positions may be seen to lie within the Grotian tradition, including criticisms pointing to important aspects of reality which Realism is thought to have misunderstood or neglected. (...) *it is clear that this Grotian counterpoint to the Realism dominant in modern international relations theory has often been underestimate.*⁷⁶

Almeida afirma que o argumento de Wight em seu trabalho inaugural do Comitê Britânico deve ser visto como refletindo as mesmas preocupações que aparecem em seu livro *International Theory*. Quando Wight apresentou “Why Is There No International Theory?”, continua Almeida, ele também estava preocupado em apresentar uma alternativa ao realismo. A diferença é que, enquanto em *International Theory*, Wight usa a expressão “teoria internacional” em um sentido geral e amplo, incluindo quase tudo escrito sobre política internacional por teóricos, políticos, diplomatas, advogados, e mesmo romancistas, em “Why Is There No International Theory?”, ele está preocupado com o sentido restrito do termo, significando racionalismo. Mas, devido à vasta gama de assuntos tratados em *International Theory*, um dos principais objetivos de Wight, resgatar a tradição racionalista, só fica explícito na conclusão, e, por outro lado, este propósito aparece mais claramente em “Why Is There No International Theory?”. Almeida observa ainda que é nesse sentido que devemos ver a importância de colocar o nosso entendimento sobre a tese de “Why Is There No International Theory?” no contexto da criação do Comitê Britânico,⁷⁷ retomando o argumento de Dunne, explicitado anteriormente.

Por último, Almeida analisa a questão da teoria política no artigo de Wight. Nesse ponto, Almeida procura salientar as críticas de Wight à teoria realista e à disciplina de teoria política. Almeida coloca que os teóricos políticos do século XX

⁷⁶ KINGSBURY; ROBERTS, Introduction”, pp.54-55 (ênfases minhas).

⁷⁷ ALMEIDA, Challenging Realism by Returning to History, pp. 7-8.

negligenciaram, até recentemente, a política internacional,⁷⁸ e, dessa forma, não apenas se apropriaram do pensamento dos pensadores clássicos, mas também enfatizaram a relevância do “doméstico” em seus argumentos. Argumenta que se pensadores como Locke, Kant e Rousseau são vistos prioritariamente como teóricos contratualistas, então a relevância de seus pensamentos para a política internacional é diminuída. Por isso, mais uma vez focando no contexto do Comitê Britânico, Almeida chama atenção para uma observação feita por Herbert Butterfield. Quando esse autor discutia, no Comitê Britânico, o ensaio “Why Is There No International Theory?”, de Martin Wight, disse: “political theory is the enemy”. Segue abaixo uma passagem em que Butterfield, quatro anos depois, comenta sobre a sua observação anterior, quando, como presidente do Comitê, apresentava um resumo das conclusões gerais do grupo após cinco anos de atividades:

Political Theory takes hold of man’s duties to his fellows or to mankind and comprehends them in his duty to Society or the State. It may not explicitly assert that there is one Society or State, but it often argues as though only one existed. And the result is that thought tends to stop there. Even if something is added concerning the relations between states or between the citizens of various states, it seems to come as an unconvincing appendix, because thought has reached its apex in the highly-refined concept of the State.⁷⁹

⁷⁸ Recentemente, um grupo de cientistas políticos explicou como a ciência política no Reino Unido privilegiou o doméstico em detrimento de uma abordagem mais ampla, no que eles chamam de “apartheid intelectual”: “the ‘domestic’ dimension has seemed to be far more interesting to those scholars in the British politics tradition and it has been privileged in the teaching of traditional British political courses. This exclusion of the international has often extended to comparativist approaches which, again traditionally, compared what were seen to be ‘domestic’ policies and structures – welfare, and the like – not the ‘international’. Thus, in the UK a dichotomy was perpetuated between the study of domestic politics and international relations. In addition, for the dominant theoretical school in international relations, realism, in its many complex guises, this was most convenient (...) Thus, for many decades, ‘British politics’ privileged the ‘domestic’ over the ‘international’; and ‘international relations’ colluded to create intellectual space for itself (...) This *intellectual apartheid* has tended to strengthen the idea that there is some deep chasm between the domestic and the international (...)”. David MARSH *et al*, Editorial: studying British politics, p.7 (ênfases minhas). Ver também, Arnold WOLFERS, Political Theory and International Relations; BOUCHER, Political Theories of International Relations; Nicholas RENGGER, Political theory and International Relations: promised land or exit from Eden?, p.757.

⁷⁹ Herbert BUTTERFIELD, Notes for a Discussion on the Theory of International Politics, p.2. Citado em ALMEIDA, Challenging Realism by Returning to History, p. 9. Ian Hall explica esta questão no pensamento de Butterfield: “He was highly critical of modern political theory, as was Wight, for what he regarded as the ‘doctrine of obligation that is centred upon the individual state’. Scholars and citizens, he argued, had thus been distracted from serious consideration of the international system, and had reified ‘the concept of the state as an end in itself’. Through ‘his torical thinking’, ‘scientific’ reflection on the structures of the international system, and the exploration of past international thought in the work of statesmen, diplomats and historians, Butterfield sought to remedy this failing. ‘Political

Podemos perceber a acidez da crítica de Butterfield à “apropriação” do pensamento dos pensadores clássicos pelos teóricos políticos. Isso sugere, segundo Almeida, que Wight e Butterfield acreditavam que, para (re) construir a tradição racionalista da teoria internacional, era necessário questionar a maneira pela qual a teoria política no século XX se apropriou do pensamento político clássico. Mas Almeida coloca que, implicitamente, vemos aqui o começo de uma forte crítica à *disciplina* de Teoria Política, e não — isso deve ser destacado — à teoria política propriamente dita.⁸⁰ Almeida argumenta também que devemos prestar atenção à crítica feita ao realismo e como, nesse artigo, Wight usa a expressão “teoria internacional” no sentido restrito, significando racionalismo:

In brief, the overlooked argument of that paper [“Why is there no International Theory”] urged international theory to escape realism. Wight, in particular, focused on two points. First, instead of studying international society as a whole, realists, and here Wight refers explicitly to Morgenthau, have merely concentrated on states’ foreign policies and on the concept of national interest. Second, the impact of political realism has led to the abandonment of classical approaches to international law and to the consequent development of a positivist conception of international law, where the creation and the application of legal rules are entirely dependent on the will of states. In this regard, the rejection of realism involved a shift both from the analysis of foreign policy to the treatment of the nature of international society, and from legal positivism to older legal and political traditions. Therefore, when Wight uses expressions such as the poverty of international theory and the prejudice of the sovereign state, he is in fact criticising the realist theory and not referring to an intellectual and political condition that cannot be transcended. Indeed, reacting against realism involved precisely to abandon the limits imposed by the sovereign state and to focus on international society as a whole and thus to overcome the poverty of twentieth century international theory. The argument developed here suggests, therefore, that Wight’s inaugural presentation before the British Committee is fundamental to understand the English school’s attempt to escape realism. Contrary to the views of Linklater, Jackson and others, I believe that ‘Why Is There No International Theory?’ should be seen not as an example of the realist position, but as the beginning of the challenge to realism. Wight is repeating to a group of colleagues, who wanted to develop a specific approach to the study of international relations, the same criticisms made to the discipline, and its division between realism and idealism, in his lectures. When Wight asks ‘why there is no international theory?’, what he really means is why there is no *rationalist* tradition in contemporary International Relations? In other words, Wight is now using the second meaning of ‘international theory’, as identical to rationalism. From this initial

theory’, he noted repeatedly in meetings of the British Committee, ‘is the enemy’; ‘if all thought had been historical from the beginning things might have been better’”. HALL, *History, Christianity and Diplomacy*, pp.735-736.

⁸⁰ ALMEIDA, *Challenging Realism by Returning to History*, p. 9.

moment of reacting against realism, to study the nature of international society became the business of the English school. Such a project required first of all the recovery of past political thought; in other words, it was necessary to create a *body* of rationalist ‘international theory’.⁸¹

Através dos argumentos desenvolvidos por Dunne e Almeida vemos, principalmente, que o ensaio de Wight, “Why Is There No International Theory?”, não pode ser bem compreendido se interpretado isoladamente do contexto e dos objetivos do Comitê Britânico e do contexto dos outros trabalhos de Wight. Percebemos também que o ensaio de Wight é bastante crítico com certos pressupostos da disciplina de Relações Internacionais e da disciplina de Teoria Política. Por exemplo, Wight chama a atenção para a naturalização da visão da política internacional como uma parte desconectada da política doméstica: “It has become natural to think of international politics as the untidy fringe of domestic politics (...), and to see international theory in the manner of the political theory textbooks, as an additional chapter which can be omitted by all save the interested student”.⁸² Ele acreditava que isso se baseava na crença de que o Estado soberano era o único lugar possível para a realização da experiência política. Isso, na sua visão, é a maior característica do pensamento ocidental, desde a Renascença. Como se sabe, esse foi um argumento recentemente retomado por R.B.J Walker.⁸³ Outra crítica feita por Wight — mais uma vez chamando a atenção para o fato de alguns conceitos serem aceitos como dados, sem os questionamentos de seus pressupostos — é que alguns teóricos, principalmente a partir de 1914, ao desenvolverem argumentos contra a criação de um Estado mundial, tomam como dado que a estrutura da sociedade internacional é inalterável, e a divisão do mundo em Estados soberanos é necessária e natural.⁸⁴

⁸¹ Ibid., p. 10. O título de uma versão anterior de ‘Why Is There No International Theory?’ era ‘Why Is There No *Body* of International Theory?’. Ver BULL, Martin Wight, p.xxi.

⁸² Martin WIGHT, Why Is There No International Theory?, p.21.

⁸³ Ver o seu livro, Inside/Outside.

⁸⁴ WIGHT, Why Is There No International Theory?, p.23. Sobre estas críticas de Wight, Andrew Linklater coloca: “But the international political theorist must do more than simply protest against the cultural inhibitions which stand in the way of a more self-conscious form of reasoning than one whose supposedly illicit and undefended parameters have limited theory to a narrow preoccupation with the internal problems of the modern state (...) The case for international political theory rests not upon questioning the cultural inhibitions of mainstream political thought but upon defending or reconstructing the assumptions associated with much international theory in the past”. LINKLATER,

Essas críticas demonstram, conforme já salientado por Bull, Dunne e Almeida, a insatisfação de Wight com o estado da disciplina, dominada pelo realismo. Porém, as críticas referem-se a uma das razões que, segundo Wight, colaboram para a pobreza da teoria internacional: o preconceito intelectual imposto pelo Estado soberano. Isso levava, na sua visão, a uma pobreza histórica, pois não se pesquisavam outros sistemas de Estados onde o conceito de soberania ainda não se estabelecera, e levava ao tipo de teoria que era preciso superar, o realismo e sua insistente e limitada ênfase no interesse nacional e na política externa. Nesse ponto, ele critica nominalmente Morgenthau.⁸⁵ A segunda razão para a pobreza da teoria internacional é a crença no progresso.⁸⁶ Esse parece ser um ponto contraditório na teoria de Wight, principalmente se compararmos essa sua afirmação de que a crença no progresso é uma razão para a pobreza da teoria internacional e um fator de diferenciação entre a política internacional e a doméstica, com a sua afirmação de que os indivíduos são membros da sociedade internacional e sujeitos do Direito internacional. Afirmação que demonstra não haver uma separação espacial nítida entre as duas esferas, uma vez que seu ponto de análise, em última instância, são os indivíduos e não os Estados.⁸⁷

Alguns teóricos argumentam que o ensaio de Wight, “Why is there no International Theory?”, é anti-teórico e que ele não acreditava ser possível fazer teoria

Men and Citizens, p.10. Neste último ponto Linklater está correto, onde ele falha é em não ver que este também era o projeto de Wight: “Wight’s essay (...) was asking the same question that, for instance, Linklater asked almost twenty years later, ‘on what basis might we construct a political theory of international relations?’. As Linklater, Wight was also engaged in ‘defending’ and ‘reconstructing the assumptions associated with much international theory in the past’”. ALMEIDA, Challenging Realism by Returning to History, p. 10.

⁸⁵ WIGHT, Why is there no International Theory, pp. 21-2.

⁸⁶ Ibid., p.20.

⁸⁷ WIGHT, Western Values, pp. 101-102. É interessante notar como Wight via a noção de conceder uma personalidade abstrata ao Estado, fazendo-o, assim, como o único titular de direitos, como uma espécie de determinismo. Nesse sentido, ele critica teóricos do Direito Internacional do século XVIII, como Wolff e Vattel, que em seus escritos abandonam a idéia de *jus gentium* como a base do Direito Internacional e o substituem pela personalidade abstrata do Estado. Segundo Wight, a riqueza do *jus gentium* está na sua flexibilidade mostrando-se, assim, mais verdadeiro com a variedade da vida internacional. Wight argumenta que, em tempos mais recentes, o parcial reconhecimento dos indivíduos pela Declaração sobre os Direitos Humanos, e o urgente problema das pessoas sem pátria, “emphasized the defects of the doctrine of exclusive state personality”. Mostrando, mais uma vez, como o três elementos da sociedade internacional convivem simultaneamente; neste caso, enfatizando o elemento da lealdade transnacional. Ver João Marques de ALMEIDA, What republicans tell us about international society. Onde Almeida busca explorar a tradição republicana da sociedade internacional e a concepção de sociedade internacional de Wight, que buscava uma concepção que visse os Estados ‘as part of a greater whole’, não necessariamente com os Estados como a unidade de referência *par excellence*, como para Bull.

das Relações Internacionais; o que também faria do artigo uma espécie de referência na disciplina. Segundo Roy Jones, Wight conclui que não pode haver teoria das Relações Internacionais.⁸⁸ Justin Rosenberg argumenta que a resposta de Wight para a sua própria pergunta foi, em parte, de que não há nada mais para teorizar depois da descoberta dos mecanismos repetitivos da balança de poder.⁸⁹ Para Cynthia Weber, “What makes Wight’s essay foundational is *how international relations scholars return to it as a limiting discourse on what the field can be*”.⁹⁰

Não acredito, no entanto, que essas sejam conclusões adequadas à visão de Wight sobre teoria das Relações Internacionais. Um argumento mais qualificado é exposto por Hedley Bull. Referindo-se ao artigo “Why Is There No International Theory?”, Bull examina justamente se Wight acreditava ser possível fazer teoria das Relações Internacionais: “Is Wight here proclaiming the ultimate heresy that after all, theoretical understanding of international politics is not possible, only historical understanding? Is he, so to speak, throwing in the sponge? *No, he is not; this is not what he says and all his work in this field is a denial of it*”.⁹¹ Para Wight, a investigação teórica em Relações Internacionais tem um caráter filosófico e não leva a um acúmulo de conhecimento, da mesma forma que as ciências naturais.⁹² Vemos, assim, mais uma vez, como o entendimento do artigo de Wight pode ser melhor compreendido se colocado no contexto de sua obra como um todo. Com isso, o próprio trabalho de Wight demonstra que muitas objeções dos críticos não se sustentam.

Mantendo a perspectiva em seus outros trabalhos, vemos que as objeções de que Wight separa o internacional do doméstico e, conseqüentemente, Teoria Política de teoria das Relações Internacionais não são acuradas. De acordo com Adam Roberts, o livro *International Theory* de Wight, “bridges the wholly artificial divide between history and international relations (...), also bridges the artificial divide between

⁸⁸ JONES, The English School, p.1.

⁸⁹ Justin ROSENBERG, The Empire of Civil Society: A Critique of the Realist Theory of International Relations, p.9.

⁹⁰ WEBER, Reading Martin Wight’s, p. 467 (ênfases no original).

⁹¹ BULL, Martin Wight, p.xxi (ênfases minhas).

⁹² Ibid.

political theory and international theory”.⁹³ Roger Epp mantém que Wight faz a divisão ontológica em seu ensaio, mas nota que o autor refuta essa distinção, apesar de não consistentemente, nas suas reflexões sobre a legitimidade internacional e revoluções.⁹⁴ Brian Porter chama atenção para o fato de que as três tradições de Wight transcendem a distinção entre política internacional e todas as outras formas de política.⁹⁵ Ao comentar sobre os comprometimentos éticos integrantes do atual projeto normativo da Escola Inglesa (sobre esse projeto ver o capítulo 3), que envolvem, entre outros pressupostos, uma rejeição da separação entre o doméstico e o internacional e a concessão de um importante papel para a opinião pública nas sociedades liberais em monitorar constantemente o conteúdo e o propósito ético da política externa, Nicholas Wheeler salienta que isso é baseado na análise de Wight sobre a importância dos princípios domésticos de legitimidade em moldar os princípios de legitimidade internacional, explorado em seu ensaio “international legitimacy”, do livro *Systems of States*.⁹⁶ Usando a própria linguagem de Wight, Robert Jackson argumenta que Wight também estava fazendo Teoria Política, e de que em seu livro *International Theory* não há tal distinção.⁹⁷

Por fim, cabe uma palavra sobre a interseção entre a Teoria Política e a teoria das Relações Internacionais na Escola Inglesa e sobre como essa reflete-se na disciplina como um todo. Há uma certa dualidade na disciplina a respeito da avaliação dessa interseção. Por um lado, a Escola Inglesa, de forma geral, é muito elogiada por ter sido uma pioneira nessa abordagem; por outro, é muito criticada por teóricos que argumentam que a interseção foi feita de maneira empobrecedora. Andrew Hurrell resume as críticas:

⁹³ Adam ROBERTS, Foreword, p.xxvii.

⁹⁴ Roger EPP, *The English School on the Frontiers of International Society: a hermeneutic recollection*, p.52.

⁹⁵ Brian Porter, citado em CLARK; NEUMANN, Conclusion, p.260.

⁹⁶ Nicholas WHEELER, *Guardian Angel or Global Gangster: a Review of the Ethical Claims of International Society*, p.128. Para a Escola Inglesa, “uma sociologia da legitimidade internacional deve analisar a mútua influência das estruturas doméstica e internacional”. Andrew LINKLATER, *Beyond Realism and Marxism: critical theory and international relations*, p.33; ver também Andrew LINKLATER, *The problem of harm in world politics: implications for the sociology of states-systems*.

⁹⁷ JACKSON, Martin Wight. Rengger também afirma que a Escola Inglesa não faz uma nítida distinção entre teoria política e internacional. Nicholas RENGGER, *Serpents and Doves in Classical International Theory*.

For the critics (for example, Brown, Rengger, Boucher, Walker), the English School both opened up a fertile realm of classical thinking but also conceived of ‘classical theory’ in narrow and impoverished ways. The result was to cut off International Relations from the far richer traditions of political and social theory to which it was necessarily intimately connected, and to downplay or ignore a range of fundamental questions about state, community, nation that could never be satisfactorily addressed solely from the perspective of the society of states.⁹⁸

Essa críticas, segundo Hurrell, felizmente vêm ganhando cada vez mais espaço no *mainstream* da teoria das Relações Internacionais, da mesma forma que ganha espaço nessa a necessidade de estudar os desenvolvimentos na história do pensamento político e nos estudos das ideologias. Observa, ainda, que essas críticas devem reforçar a questão da história do pensamento como um elemento central de uma renovada agenda de pesquisa na Escola Inglesa.⁹⁹ Uma tarefa que não será, de forma geral, problemática para a atual geração de teóricos da Escola Inglesa, uma vez que, desde o seu começo, com o Comitê Britânico, a Escola Inglesa foi provavelmente a principal instigadora da necessidade de se estudar os clássicos da política de uma forma abrangente, procurando focalizar todos os aspectos da teoria política, seja ele o doméstico, o internacional e o transnacional. Como vimos, seja através das três tradições ou através da crítica de Wight e Butterfield à disciplina de Teoria Política no século XX e ao realismo, o foco em apenas uma dimensão não é capaz de dar conta da complexidade do internacional, que envolve, entre outros aspectos, os indivíduos, os Estados e forças transnacionais. Para a atual geração da Escola Inglesa, isso aponta a necessidade de reforçar os laços com os últimos desenvolvimentos das teorias social e política.

Mantendo a perspectiva nas Ciências Sociais como um todo, um livro como *Diplomatic Investigations* tem sua importância realçada se levarmos em consideração o fato de ter sido publicado em uma época em que a teoria política se encontrava em crise.¹⁰⁰ Os autores da Escola Inglesa, através do livro *Diplomatic Investigations*, tiveram um papel importante para estimular a interseção entre a área das Relações

⁹⁸ Andrew HURRELL, Keeping history, law and political philosophy firmly within the English School, p.493.

⁹⁹ Ibid.

Internacionais e a Teoria Política em uma época em que haviam escassas tentativas nesse sentido.¹⁰¹ Segundo Linklater, “The earlier collection of essays by Butterfield and Wight [*Diplomatic Investigations*] was the main instigator of a revival of interest in the political theory of international relations”.¹⁰² Dunne argumenta:

our understanding of key thinkers in the history of international politics has been enhanced by debates within the English School. (...) it is primarily in the intellectual workshops of the English School the ideas of the classical theorists of international relations have been distilled, debated and transmitted to a wider International Relations audience.¹⁰³

A Escola Inglesa também influenciou o estudo das Relações Internacionais de maneira que, ao menos na Grã-Bretanha, a disciplina fosse mais receptiva aos clássicos da Teoria Política, conforme Chris Brown, notório crítico da Escola Inglesa, argumentou recentemente:

The British ‘comparative advantage’ in this area [de interseção entre a teoria política e relações internacionais] (...) may be related to the continuing importance of the so-called ‘English School’ of theorists of international society in Britain, which kept open the idea that international relations theory and political theory might have something to say to each other, at a time when in North America this was rather a subversive thought. Even those who have rejected the international society approach have benefited from this openness to international political theory.¹⁰⁴

Em resumo, o que o argumento dessa seção tentou demonstrar foi, em primeiro lugar, que, para um melhor entendimento do artigo de Martin Wight, “Why is there no International Theory?”, devemos procurar contextualizar seu argumento, investigar o que Wight pretendia ao escrever o artigo. Nesse sentido, tanto o contexto do Comitê Britânico quanto o contexto geral de seus outros trabalhos são importantes. O contexto do primeiro nos mostra que Wight escreveu o ensaio com o objetivo de moldar a

¹⁰⁰ Sobre a crise da teoria política no século XX ver, entre outros, Richard BERNSTEIN, *Restructuring of Social and Political Theory*; e John GUNNEL, *Teoria Política*.

¹⁰¹ Algumas exceções são: WOLFERS, *Political Theory and International Relations*; F.H. HINSLEY, *Power and the pursuit of peace*; Kenneth N. WALTZ, *Man the State and War*; Kenneth N. WALTZ, *Political Philosophy and the Study of International Relations*.

¹⁰² LINKLATER, *Men and Citizens*, p.207.

¹⁰³ Timothy DUNNE, *International Society: Theoretical Promises Fulfilled?*, p. 136.

agenda teórica do Comitê Britânico — focando no conceito de sociedade internacional —, mostra-nos também a crítica de Wight à disciplina de Teoria Política no século XX, como ela se apropriou do pensamento clássico destacando a sua parte doméstica e sua crítica aos realistas da disciplina de Relações Internacionais, que, ao contrário, focalizam excessivamente os constrangimentos do sistema internacional, juntamente com a questão da política externa e o interesse nacional. O contexto de seus outros trabalhos nos mostra que sua teoria não se baseia na separação entre política doméstica e internacional e sua conseqüente separação entre teoria política e internacional, que muitos críticos lhe atribuem.

2.2. A contribuição de Hedley Bull

2.2.1. Sociedade Internacional e Ordem na Política Mundial

São os dois principais temas da obra de Hedley Bull, que, por sua vez, foi profundamente influenciado por Martin Wight.¹⁰⁵ Para Bull, uma sociedade internacional ou sociedade de Estados existe quando “a group of states, conscious of certain common interests and common values, form a society in the sense that they conceive themselves to be bound by a common set of rules in their relations with one another, and share in the working of common institutions”.¹⁰⁶ Dessa forma, deve ser contrastada com a definição de sistema internacional, que se forma quando dois ou mais Estados estão em constante contato um com outro e existe interação suficiente para fazer do comportamento de cada um elemento necessário no cálculo do outro.

¹⁰⁴ Chris BROWN, *International Political Theory – A British Social Science?*, p.115. Para outros argumentos nesse sentido, ver Christopher HILL, *The Study of International Relations in the United Kingdom*; e RENGGER, *Political theory and International Relations*, pp. 756-757.

¹⁰⁵ Esta influência pode ser nitidamente percebida em seus trabalhos. Nas palavras de Bull: “These lectures [ministradas por Wight, na LSE, no final dos anos 1950, as quais Bull assistiu, foram posteriormente publicadas como o livro *International Theory*] made a profound impression on me, as they did on all who heard them. Ever since that time I have felt in the shadow of Martin Wight’s thought – humbled by it, a constant borrower from it, always hoping to transcend it but never able to escape from it”. BULL, *Martin Wight*, p.ix.

¹⁰⁶ BULL, *The Anarchical Society*, p. 13.

Uma sociedade internacional, nesse sentido, pressupõe um sistema internacional, mas um sistema internacional pode existir sem que se forme uma sociedade internacional.¹⁰⁷

Vemos, também, que essa definição de sociedade internacional é intersubjetiva, porque coloca como ponto principal não fatores materiais, mas a noção simbólica dos atores sociais sentirem-se ligados conscientemente por valores e interesses comuns. Segue-se daí que o Direito Internacional tem um papel importante na configuração dessa sociedade. Conforme já mencionado na seção 1.1.1, Martin Wight destaca a importância primordial do Direito Internacional ao afirmar que a sua existência é a comprovação mais essencial da própria existência de uma sociedade internacional. Pois, assim como toda sociedade, a sociedade internacional também possui um sistema de regras que estabelece os direitos e deveres de seus membros. Em consequência disso, prossegue Wight, aqueles que negam a existência da sociedade internacional começam por negar a realidade do Direito Internacional. É o caso dos realistas, por exemplo, para quem os Estados apenas seguem o Direito Internacional quando é de seu interesse. Para Raymond Aron, “L’idée directrice de notre analyse théorique coïncide avec un principe qui était communément admis para les juristes avant 1914, à savoir que le droit international n’interdit pas aux Etats de recourir à la force et même que ce recours constitue un aspect de leur souveraineté”.¹⁰⁸ De acordo com Morgenthau, “compliance with international law and its enforcement have a direct bearing upon the relative power of the nations concerned. (...) considerations of power rather than of law determine compliance and enforcement”.¹⁰⁹ Segundo Waltz, “Most international law is obeyed most of the time, but strong states bend or break laws when they choose to”.¹¹⁰ Diferentemente dessa posição, Bull rejeita a visão realista de que o Direito Internacional seja “a negligible factor in the actual conduct

¹⁰⁷ Ibid. Para discussões sobre a distinção de Bull entre sistema/sociedade, ver Alan JAMES, *System or Society?*; Tim DUNNE, *New Thinking on International Society*, p. 227; ALMEIDA, *What republicans tell us about international society*; Barry BUZAN, *From International System to International Society*; Richard LITTLE, *Neorealism and the English School: A Methodological, Ontological and Theoretical Reassessment*; Richard LITTLE, *International System, International Society and World Society: A Re-evaluation of the English School*.

¹⁰⁸ Raymond ARON, *Paix et Guerre entre les nations*, p. 697.

¹⁰⁹ Hans J. MORGENTHAU, *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, p.268.

¹¹⁰ Kenneth WALTZ, *Structural Realism after the Cold War*, p.27.

of international relations”,¹¹¹ e argumenta que se observarmos a prática dos Estados, a importância do Direito Internacional é destacada não pelo fato de os Estados aderirem aos seus princípios em detrimento de seus interesses, mas pelo fato de que “they so often judge it in their interests to conform to it”.¹¹²

Essa afirmação e sua ênfase na prática dos Estados revela a análise sociológica fortemente presente no *The Anarchical Society*, que buscava uma análise que procurasse revelar de forma mais fiel as nuances das ações dos Estados. Uma análise que rejeita o modo analítico da tradição da *realpolitik*, que focaliza os constrangimentos da situação anárquica no comportamento dos Estados. Buscava, portanto, evitar o problema que José Maurício Domingues denominou de “cobertor curto”, ou seja, cobre-se a estrutura, mas a ação fica descoberta.¹¹³ Apesar da abordagem da Escola Inglesa poder ser caracterizada como holística, para seus autores, a estrutura da sociedade internacional ganha seu significado a partir da interação consciente de seus membros — o que implica uma noção de agência e, portanto, de mudança —, diferentemente do realismo estrutural, onde a estrutura independe de elementos de uma identidade coletiva — e, por isso, exclui importantes elementos como cultura, por exemplo.

Os autores da Escola Inglesa baseiam-se nos comportamentos e linguagens dos estadistas para avaliarem a política internacional. Nesse sentido, a História assume um papel fundamental, pois reconhecem que a sociedade internacional é contingente ao longo do tempo. Conforme explica Chris Brown, essa é uma diferença fundamental entre o neo-realismo e a Escola Inglesa. Para o primeiro, uma mudança

¹¹¹ BULL, *The Anarchical Society*, p. 131.

¹¹² *Ibid.*, p. 134. Dunne, referindo-se à esta passagem de Bull, comenta: “This narrow argument about the motives of states in conforming to international law is projected onto the broader canvas of international society as a Whole. Given the recognition by states that they have rights and duties in their relations with one another, the case of international society against *realpolitik* is that states will adhere to the rules and norms of the society of states even when these conflict with their non-vital interests. The argument which Bull is making – although at times somewhat implicitly – is that states should act (implying an element of agency) in a way which strengthens the normative principles of international society. It is at this point that Bull clearly departs from the core principles of political realism. In short, by strengthening the institutions of international society, the logic of anarchy can be mitigated. (...) Bull’s interest was in the survival of the society of states, understanding the nature of the rules which underpinned international society and the bonds which shape their social relations. For these reasons, *it is unsatisfactory to place Bull in the realist tradition*”. DUNNE, *Inventing International Society*, p.144 (ênfases minhas).

¹¹³ José Maurício DOMINGUES, *Teorias sociológicas no século XX*.

fundamental é praticamente impossível, enquanto a Escola Inglesa reconhece a natureza contingente do atual sistema.¹¹⁴ Também é contingente, pois, apesar de o elemento da sociedade internacional sempre ter feito parte do moderno sistema de Estados, os elementos do estado de guerra e das lealdades e divisões transnacionais também fazem parte do sistema de Estados. Bull traça a evolução histórica da sociedade internacional moderna: os séculos XV, XVI e XVII, quando a sociedade internacional era dominada por um viés cristão (sociedade internacional cristã), a cristandade ocidental ainda estava em processo de desintegração e os Estados modernos em processo de articulação; os séculos XVIII e XIX, quando o Direito Natural deu lugar ao Direito Internacional positivo, Bull denominou de sociedade internacional européia; o século XX, quando a sociedade internacional deixou de ser especificamente européia e passou a ser considerada como mundial.¹¹⁵

Os últimos trabalhos de Bull sobre a expansão da sociedade internacional, abrangendo o chamando “terceiro mundo” e o desafio imposto por este à antiga ordem colonial européia, que o autor denomina de “a revolução contra o ocidente”, bem como seus escritos sobre justiça na sociedade internacional, serão analisados no segundo capítulo. Isso, por duas razões: por terem sido publicados principalmente nos anos 1980 e também por mostrarem uma mudança de ênfase em seu trabalho. Por agora, trataremos de analisar a questão da ordem e das instituições que ajudam a mantê-la. Mas faremos não apenas através de definições seguidas de análises. O que se segue é uma avaliação e refutação do argumento de Steve Smith, em seu artigo no livro *International Order and the Future of World Politics*.¹¹⁶ Nesse processo, analisaremos diversos aspectos a respeito de como a ordem é criada e mantida na sociedade internacional, segundo Bull.

São duas as propostas de Steve Smith. Em primeiro lugar, ele quer examinar as suposições dominantes que existem nos trabalhos sobre ordem internacional. Seu argumento pretende questionar as suposições epistemológicas dos positivistas de que

¹¹⁴ Chris BROWN, *Understanding International Relations*, p.54.

¹¹⁵ BULL, *The Anarchical Society*, pp. 26-38. Para uma análise histórica mais detalhada destes períodos, ver WATSON, *The Evolution of International Society*; Adam WATSON, *Hedley Bull, states systems and international societies*; Adam WATSON, *Recollection of my discussions with Hedley Bull about the place in the history of International Relations of the idea of the Anarchical Society*; Robert JACKSON, *The Evolution of International Society*.

a ordem existe independentemente das ações e interesses dos agentes. Em segundo lugar, pretende apontar caminhos para uma agenda de pesquisa pós-positivista para se pensar questões sobre a ordem internacional. Devido aos objetivos dessa seção (examinar a questão da ordem no trabalho de Bull), vamos nos concentrar em sua primeira proposta. Da mesma forma que, apesar de Smith também analisar outros autores, vamos considerar apenas sua análise sobre Bull.

Ambas as propostas são extremamente importantes e merecedoras das maiores considerações, uma vez que, como o próprio Smith enfatiza, a teoria das Relações Internacionais é, em sua maioria, dominada pelo positivismo que pode e deve ter seus pressupostos questionados, como o próprio Smith vem fazendo exemplarmente em seus trabalhos.¹¹⁷ Por isso, desde o início, gostaria de deixar claro que sou totalmente simpático às propostas de Smith, sendo minha maior objeção apenas à sua leitura de Bull, que, como argumentarei abaixo, é simplista e distorce os argumentos apresentados, dando, dessa forma, uma idéia errada do trabalho do autor, o que não se sustenta diante de uma análise mais detalhada.¹¹⁸

Segundo Smith, há uma verdadeira tensão no trabalho de Bull: entre ver a ordem como algo observável (o que significaria vê-la como uma interação espontânea “out there”) e tratá-la como uma construção, isso é, a ordem é construída a partir das ações e interesses dos agentes, portanto, é passível de ser transformada. Argumenta que, apesar de haver uma certa medida de construção no discurso de Bull, a ordem é resultado de “forças causais subjacentes”, que seriam as relações de poder entre os Estados. Por isso, o material definitivamente domina o “ideacional” —

¹¹⁶ Steve SMITH, *Is the truth out there? Eight questions about international order*.

¹¹⁷ Ver, entre outros, Martin Hollis and Steve SMITH, *Explaining and Understanding International Relations*; SMITH, *The Forty Year's Detour: The Resurgence of Normative Theory in International Relations*; SMITH, *The Self-Images*; SMITH, *Positivism and beyond*; SMITH, *New Approaches to International Theory*; SMITH, *Wendt's World*; SMITH, *The discipline of international relations: still an American social science?*.

¹¹⁸ A meu ver, Smith também interpreta erroneamente o trabalho de Robert Cox, ao dizer que ele vê a ordem como “dada”. Smith se equivoca, pois Cox foi justamente um dos primeiros a apontar essa falha nos positivistas e não vê a ordem de uma maneira determinista, mas busca alternativas para o *status quo* em “um processo contínuo de mudança histórica”. Sua distinção entre “problem solving theory” e teoria crítica deixa claro, na minha visão, sua noção de construção social. Ver Robert COX, *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. Para outras análises que negam que Cox veja a ordem como dada, ver Jim GEORGE, *Understanding International Relations after the Cold War: Probing beyond the Realist Legacy*; e Kimberley HUTCHINGS, *International Political Theory: Rethinking Ethics in a Global Era*, pp.68-70.

relativo às idéias. Para Smith, a grande maioria da literatura que trata sobre a questão da ordem internacional toma a ordem e os Estados como se fossem fenômenos naturais. A ordem, então, se torna algo que resulta de grandes forças causais na história internacional, algo muito parecido com a noção de ascensão e queda das potências.¹¹⁹

Na sua visão, esse tipo de linguagem implica um tipo de naturalismo (ou seja, a utilização de um mesmo modo de análise para as ciências naturais e sociais) sobre o mundo social que beira um tipo radical de funcionalismo-estrutural. Smith reitera que vê com preocupação o fato de a maior parte dessa literatura apresentar a ordem como algo inerente ao mundo, como “dado” (as a “given”). A linguagem da construção social é usada, continua Smith, mas, muitas vezes, isso se refere aos *processos* pelos quais a ordem internacional é “gerenciada”. Afirma que essa tensão é evidente na segunda parte do *The Anarchical Society*¹²⁰, onde Bull trata das instituições que mantêm a ordem internacional.

Apesar de concordar que tais características estão fortemente presentes na maioria da literatura — certamente está presente no capítulo de T.V. Paul e John Hall, por exemplo, nas suas tentativas de fazer o que chamaram de “realism/liberalism mix”,¹²¹ bem como na grande maioria das contribuições do livro —, argumento que esse não é o caso com relação ao trabalho de Bull. Argumentarei, em primeiro lugar, que, para Bull e a Escola Inglesa, o importante é analisar como as idéias afetam a atividade internacional, mostrando dessa forma que o material não domina o ideacional em seus trabalhos e que, por esse motivo, não há a tensão sobre “processos de gerenciamento da ordem internacional”, que Smith diz existir na segunda parte do *The Anarchical Society*. Em segundo lugar, explicarei que Bull não vê a ordem como dada, mas como uma construção social.

A importância das idéias para Hedley Bull, e para a Escola Inglesa de modo geral, é percebida na sua concepção de instituição internacional: “um conjunto de hábitos e práticas”.¹²² As instituições dependem dos significados compartilhados que

¹¹⁹ SMITH, *Is the truth out there?*, p. 103.

¹²⁰ *Ibid.*

¹²¹ T.V. PAUL; John HALL, *Preconditions for Prudence: A Sociological Synthesis of Realism and Liberalism*.

¹²² BULL, *The Anarchical Society*, p.71.

os atores lhes dão. Por isso, as instituições e seus significados variam historicamente de acordo com os princípios normativos e de legitimidade que estão na base da sociedade internacional de cada época. Richard Little comenta sobre o conjunto de idéias que estavam na base da formação da sociedade internacional:

For the British Committee, a states-system was an idea which emerged when states acknowledged the legitimacy of each other's existence. The complexity of the states-system was determined by the complexity of the ideas developed by its members to ensure that the system endured. While the committee acknowledged that there were a number of different states-systems, it was also asserted that the European states-system had generated the most sophisticated body of ideas. The balance of power, diplomacy, international law and sovereignty *were all ideas* which had only really flourished in the modern European states-system. Moreover, it was also argued that these ideas had only evolved slowly and with difficulty. Wight showed, for example, that the Greeks had failed to develop either a conception of international law or the balance of power. The task of the theorist was to identify when these ideas emerged and to show how behaviour was affected before and afterwards. (...) In this way, he is able to reveal that the world looked quite different, and the interpretation of diplomatic behaviour is quite distinct, in an era when there was no conception of the balance of power. (...) *The character of the system is then dictated by the ideas formulated by its members.*¹²³

Supor que as idéias estejam na base das instituições significa considerar que as normas moldam o jogo da política de poder, a natureza e identidade dos atores, os propósitos para os quais a força pode ser usada e as maneiras como os atores justificam e legitimam suas ações.¹²⁴ Mesmo conflito e guerra acontecem em uma estrutura normativa altamente institucionalizada — legal, moral e política.¹²⁵ Para o realista, por outro lado, a guerra não é uma instituição, mas sim um instrumento do Estado a ser usado dependendo dos cálculos de interesses. Bull expressa a noção sobre a normatividade da guerra em uma resenha do livro de Michael Walzer, *Just and Unjust Wars*:

The distinction between moral rules and rules that are better described as procedural or customary is not always easy to draw, but war is a matter of fact an inherently normative phenomenon; it is unimaginable apart from rules by which human beings recognize what behaviour is appropriate to it and define their attitudes toward it. War is not simply a clash of forces; it is a clash between the agents of political groups who are

¹²³ Richard LITTLE, *The Systems Approach*, pp. 84 e 85 (ênfases minhas).

¹²⁴ Kai ALDERSON; Andrew HURRELL, *International Society and the Academic Study of International Relations*, p.23.

¹²⁵ *Ibid.*

able to recognize one another as such and to direct their force at one another only because of the rules that they understand and apply.¹²⁶

É também nesse sentido que devemos entender sua noção de balança de poder. Normalmente, a balança de poder é tida como “o ponto de contato mais claro entre realistas e racionalistas”,¹²⁷ mas talvez fosse melhor dizer que esse ponto de contato se restringe — se tanto — à importância que ambos lhe atribuem. Pois o significado que lhe atribuem difere frontalmente. A título de comparação, vemos que, para Waltz, como a estrutura do sistema internacional molda e impulsiona (“shape and shove”),¹²⁸ os Estados “formam balanças de poder caso queiram ou não”.¹²⁹ Ou seja, ele nega que os atores precisem ter algum sentido da balança de poder como uma prática contínua. Mas para “Bull e os teóricos da sociedade internacional é justamente a consciência da prática contínua e de suas normas que constitui a balança de poder como uma instituição”.¹³⁰ A balança de poder não deve ser vista como arranjos mecânicos ou como uma constelação de forças que constroem e impulsionam os Estados a agir de determinadas maneiras, mas — continuam Alderson e Hurrell — em termos de entendimentos compartilhados e comuns entre os Estados, com relação ao significado da balança de poder e do papel que ela deve ter. Para Bull, e para Escola Inglesa de maneira geral, é realmente importante que os Estados tenham um sentido compartilhado da balança de poder, que, com o tempo, desenvolve-se em uma doutrina coerente e estabelecida e que pode mesmo se tornar parte da estrutura institucional, ou, conforme Butterfield, da estrutura constitucional do sistema de Estado.¹³¹

Vemos, assim, em que contexto devemos entender a concepção de sociedade internacional de Bull, quando ele diz que os Estados formam uma sociedade

¹²⁶ Hedley BULL, *Recapturing the Just War for Political Theory*, pp.595-596.

¹²⁷ Gelson FOSNECA JR., *A Legitimidade e Outras Questões Internacionais*, p.70.

¹²⁸ Kenneth WALTZ, *Reflections on The Theory of International Politics: A Response to my Critics*, p.343.

¹²⁹ Kenneth WALTZ, *The Theory of International Politics*, p.125.

¹³⁰ ALDERSON; HURRELL, *International Society*, p.24. Para outros estudos que analisam a diferença entre a balança de poder para os realistas e para a Escola Inglesa, ver BROWN, *Understanding International Relations*, capítulo 6; FONSECA JR., *A Legitimidade*, pp.44-73.

¹³¹ ALDERSON; HURRELL, *International Society*, pp.23-24. Nesse sentido, Onuf se equivoca ao afirmar que a Escola Inglesa trata as instituições como “desenvolvimentos espontâneos”. ONUF, *Institutions*.

internacional quando estão conscientes de certos interesses e valores em comuns. Dessa forma, vemos como desde o início a ordem e a sociedade internacional para Bull e para a Escola Inglesa é uma construção social, é construída a partir das ações e interesses dos agentes, portanto, é passível de ser transformada. Conforme também argumenta Timothy Dunne, na visão da Escola Inglesa, a sociedade internacional é uma construção social, pois ela não é ontologicamente anterior à prática dos Estados, e as ações dos Estados só adquirem significado pela sua consciente participação em instituições comuns.¹³² Nas palavras de Butterfield: “I should infer from all this [sua análise das doutrinas da balança de poder] that an international order is not a thing bestowed upon by nature, but is a matter of refined thought, careful contrivance and elaborate artifice”.¹³³ Essa noção de construção social da sociedade internacional através das ações e interesses dos agentes também é expressada por Roger Epp e Martin Wight, respectivamente:

Like the balance of power, international society is a matter of inter-subjective meaning embedded in practice. It represents the ‘handiwork of real people’; it is ‘an imagined community with an existence in the life-worlds of people’; and it is ‘reproduced in the treaties they sign, friendships they form, customs they observe, and laws they comply with’.¹³⁴

International society (...) is manifest in the diplomatic system; in the conscious maintenance of the balance of power to preserve the independence of the member-communities; in the regular operations of international law, whose binding force is accepted over a wide though politically unimportant range of subjects; in economic, social and technical interdependence and the functional international institutions

¹³² Timothy DUNNE, *The Social Construction of International Society*, p.384; Iver B. NEUMANN, *Self and Other in International Relations*, p.164. Em outro trabalho Dunne argumenta: “(...) for the English School, the notion of a society of states is founded precisely on a belief in the power of inter-subjective structures such as common rules, values and institutions. Here we see how the English School treats practices like war and the balance of power as *ideas*, unlike consistent realists who predominantly regard them as material structures”. DUNNE, *Inventing International Society*, p.188 (ênfases no original). Ver também R. J. Barry JONES, *The English School and the Political Construction of International Society*. Hoje em dia, com diversos trabalhos traçando paralelos entre a Escola Inglesa e o construtivismo, o argumento de que a Escola Inglesa vê a sociedade internacional como uma construção social é, relativamente, lugar comum. Ver os trabalhos sobre construtivismo e Escola Inglesa citados no capítulo 3.

¹³³ Herbert BUTTERFIELD, *The Balance of Powers*, p.147.

¹³⁴ EPP, *The English School on the Frontiers of International Society*, pp.55-56. Um outro trabalho que analisa a questão da subjetividade na Escola Inglesa e da importância desta na sua concepção de sociedade internacional é Scott M. THOMAS, *Taking Religious and Cultural Pluralism Seriously: The Global Resurgence of Religion and the Transformation of International Society*.

established latterly to regulate it. All these presuppose an international social consciousness, a world-wide community-sentiment.¹³⁵

Por fim, outro motivo para não concordar com a visão de Smith de que para Bull a ordem é “dada” — algo para ser observado de fora como se estivesse fora do alcance humano — é que para Bull a ordem é contingente e precária, pois o elemento da sociedade internacional (grotiano) está sempre ameaçado pelos outros dois elementos, o hobbesiano e o kantiano. Bull chamava a atenção para o fato de ser errôneo interpretar os eventos internacionais como se a sociedade internacional fosse o único e dominante elemento.¹³⁶ Nesse sentido, Linklater salienta: “rationalism insists that international order should not be taken for granted – it is a precarious achievement (...)”.¹³⁷ Portanto, a meu ver, se há uma tensão no trabalho de Bull não é com relação a ver a ordem como algo observável e tratá-la como uma construção, como diz Smith, mas entre os três elementos que convivem simultaneamente, fazendo com que a ordem seja algo imperfeito e precário, como salientou acima Linklater. Será discutida na seção 1.2.3 uma outra tensão no trabalho de Bull, entre uma concepção pluralista e solidarista da sociedade internacional.

Na presente seção, procurei refutar os argumentos de Steve Smith, ao mostrar que o principal ponto da definição de sociedade internacional de Bull é o destaque à importância das normas e entendimentos compartilhados e a maneira como eles interagem com e dão significado às forças e estruturas materiais.¹³⁸ Ou seja, em última instância, são as estruturas inter-subjetivas, e não as estruturais materiais, como argumenta Smith, que determinam os princípios que sustentam a sociedade internacional para Bull. Conseqüentemente, esse argumento leva à refutação do outro: de que Bull vê a ordem como “dada”.¹³⁹

¹³⁵ WIGHT, *Western Values*, p.96-97. Para uma outra definição intersubjetiva da sociedade internacional ver o trabalho de MANNING, *The Nature of International Society*. A visão de Manning sobre a sociedade internacional será discutida na seção 2.2. Para um trabalho que discute a ênfase de Manning na “estrutura de significado” na sociedade internacional, ver WAEVER, *Four Meanings of international society*, pp.117-122.

¹³⁶ BULL, *The Anarchical Society*, p.49.

¹³⁷ Andrew LINKLATER, *Rationalism*, p.95.

¹³⁸ ALDERSON; HURRELL, *International Society*, p.23.

¹³⁹ A meu ver, Jim George cai no mesmo erro de Smith ao incluir Wight e Bull em “a generation of realists about the real nature of the world ‘out there’”. GEORGE, *Understanding International Relations after the Cold War*, p.50. Dunne referindo-se a um trabalho anterior de George em que ele

Assim, procurei mostrar que a ordem internacional para Bull não é algo que está “lá fora” (out there) para ser observado, mas algo que nós construímos, e não que descobrimos. Ela não resulta de interações espontâneas e de choque de poderes — como dizem os realistas —, senão que a ordem é construída a partir das ações e interesses dos agentes, portanto, é passível de ser transformada. Por isso, no final do *The Anarchical Society*, Bull enfatizou que sua conclusão de que as alternativas ao sistema de Estado não eram convincentes deveriam ser constantemente reavaliadas.¹⁴⁰ Da mesma forma, referindo-se à questão da intervenção humanitária, colocou: “it is one of those subjects which we have constantly to reassess, in relation to changing circumstances: the underlying questions may be the same, but they keep arising in new forms and being viewed from fresh perspectives”.¹⁴¹

2.2.2

Hedley Bull e a Teoria das Relações Internacionais

Nessa seção, iremos examinar a visão de Hedley Bull sobre a teoria das Relações Internacionais, baseando-nos principalmente em seus três principais artigos sobre a teoria das Relações Internacionais: “Teoria Internacional: Em defesa da Escola Clássica”; “Theory of International Politics, 1919-1969”; e “International Relations as an Academic Pursuit”. Muitas vezes, o primeiro artigo, por ser o mais conhecido e polêmico, acaba dominando as discussões sobre a visão de Bull sobre o estudo das Relações Internacionais. Dessa forma, os outros dois artigos nos permitem ter uma visão mais abrangente da concepção de Bull sobre o estudo das Relações Internacionais, uma vez que não raro essa concepção é obscurecida pelos propósitos polêmicos do primeiro artigo.¹⁴² Segundo James Richardson, “His view of the subject was unusually broad, questioning, and critical: it is to this rather than to his particular

faz a mesma afirmação, responde: “Jim George is surely misguided in his belief that Wight and Bull share with Morgenthau and Waltz the same assumptions about ‘the real nature of the world ‘out there’”. DUNNE, *The Social Construction of International Society*, p.384.

¹⁴⁰ BULL, *The Anarchical Society*, p.308.

¹⁴¹ Hedley BULL, Preface.

¹⁴² Kai ALDERSON; Andrew HURRELL, Introductory note, p.247.

view of methodology, that his influence as scholar, teacher, and colleague may be attributed”.¹⁴³

O artigo de Bull, “Teoria Internacional”, publicado originalmente em 1966, fez parte do que ficou conhecido como o “novo grande debate” ou “segundo debate”, na teoria das Relações Internacionais.¹⁴⁴ Nesse seu artigo, Bull procurou defender a chamada abordagem “clássica” ou “tradicionalista” das críticas da abordagem “científica” ou “behaviorista”. Ele definiu a primeira como:

a abordagem teórica que parte da Filosofia, da História e do Direito e que se caracteriza sobretudo por basear-se explicitamente no exercício do julgamento e [a] partir de premissas segundo as quais, (...) se [nos confinarmos] a padrões estritos de verificação e prova muito pouco de significativo pode ser dito sobre as relações internacionais.¹⁴⁵

A segunda abordagem Bull definiu:

O termo usado para a segunda escola [científica], no entanto, refere-se muito mais às aspirações dos que a adotam que aos resultados de sua atividade. Eles anseiam por uma teoria das relações internacionais cujas proposições estejam baseadas em provas lógicas ou matemáticas ou em estritos procedimentos de verificação empírica.¹⁴⁶

Bull articulou sete proposições que contêm o cerne de sua crítica. A primeira “refere-se a que, limitando-se àquilo que possa ser provado ou verificado lógica ou matematicamente de acordo com procedimentos estritos, os adeptos da escola científica não se permitem o uso dos únicos instrumentos que, no presente, permitem o contato com a essência do assunto”. Bull está se referindo à capacidade de julgamento do analista. Segundo, o que há de substancial nos trabalhos dos adeptos da abordagem científica é devido à utilização dos meios da abordagem clássica. Terceiro, “não é provável que os membros da escola científica alcancem o tipo de progresso ao qual aspiram”. Quarto, os behavioristas prestaram “um grande desserviço à Teoria Política concebendo-a como uma atividade de construção de manipulação

¹⁴³ James L. RICHARDSON, *The Academic Study of International Relations*, p.140.

¹⁴⁴ Termo cunhado por Morton Kaplan em seu artigo “O Novo Grande Debate: Tradicionalismo contra Ciência em Relações Internacionais”.

¹⁴⁵ Hedley BULL, *Teoria Internacional: Em defesa da Escola Clássica*, p.1.

¹⁴⁶ *Ibid.*

dos chamados ‘modelo’”. “A quinta proposição é a de que, em alguns casos, o trabalho da escola científica é distorcido e empobrecido pelo fetiche da medição”. Sexto, “a teoria da política internacional requer maior rigor e precisão, mas o tipo de rigor e precisão que o tema admite pode ser facilmente obtido dentro do método clássico”. Por último, “os adeptos do método científico, por se afastarem da História e da Filosofia, privaram-se dos meios da autocrítica e, em consequência, têm uma visão imatura e afobada de seu campo de trabalho e de suas possibilidades”.¹⁴⁷

Apesar de Bull ter sido extremamente crítico com os behavioristas, ele acreditava que alguns pontos das críticas desses aos tradicionalistas, principalmente com relação à questão da enunciação dos pressupostos metodológicos, eram positivas e enriquecedoras:

after the debate between ‘classical’ and ‘scientific’ approaches (...), the subject will have been permanently altered, and for the better. The ‘scientific’ onslaught has produced, even among those most attached to a ‘classical’ approach, an awareness of and sensitivity about the methodological standing of their own propositions, which was not present before and will not easily disappear.¹⁴⁸

Bull explica que o seu ataque não era direcionado à ciência nas relações internacionais, mas ao “cientificismo”, uma vez que ele acreditava que o analista também podia ser rigoroso utilizando a abordagem clássica. Talvez, mais do que questões metodológicas propriamente ditas, o que mais preocupava Bull eram alguns pressupostos que estavam por trás dos estudos de alguns behavioristas, como, por exemplo, que as pesquisas poderiam ser “value free”, ou que a excessiva preocupação com questões metodológicas os afastassem das questões substanciais da política internacional. Na visão de Bull, era um mal sinal o fato de uma disciplina preocupar-se com questões de metodologia, ao invés de questões de substância.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Ibid. pp.4-8.

¹⁴⁸ Hedley BULL, *International Relations as an Academic Pursuit* (1972), p. 257.

¹⁴⁹ BULL, *The Theory of International Politics, 1919-1969* (1972), p.205. Alderson e Hurrell notam que já em 1968 em uma conferência Bull se dizia convencido da esterilidade do debate. ALDERSON; HURRELL, *Introductory note*, p.247.

Por isso, contrariamente a teóricos que argumentam que o segundo debate focaliza exclusivamente questões de metodologia,¹⁵⁰ alguns outros argumentam que o debate ia além disso, envolvendo alegações ontológicas sobre a natureza da realidade social.¹⁵¹ Nesse sentido, Olson e Onuf observam: “The difference is one of substantive interests, which pre-ordain epistemological choices, methods, and, undoubtedly, conclusions”.¹⁵² Para Tim Dunne, o foco do debate em metodologia trazia a tona profundas clivagens o escopo e o propósito da teoria:

Three decades after the so-called ‘second great debate’ between the American ‘scientists’ and the English School ‘traditionalists’, it is apparent that more was at stake than simply ‘how-to’ questions about methodology. For the English School, the most important questions in international relations were not amenable to empirical verification (as the would-be scientists demanded). The state, international society, diplomatic community and son on, were all knowable even if they were not observable. Here we see how a debate which was ostensibly focused on methodology, brought to the surface far deeper cleavages about the scope and purpose of theory. (...) As is often the case, an argument over methodology usually signifies a deeper cleavage concerning the nature of the subject it self. This is crystal clear from Bull’s list of central questions on the nature and limits of international society [contida no artigo “Teoria Internacional”] in contrast to the view of international relations maintained by behaviouralists which was normatively neutral, concentrating upon action/reaction models of states and decision-making processes.¹⁵³

No que diz respeito à visão de Bull sobre a história da disciplina, ele tinha a visão tradicional, dividindo-a no que chamou de “três ondas sucessivas de atividades teóricas”: as doutrinas “idealistas” ou progressistas foram predominantes nos anos 1920 e início dos 1930; as teorias “realistas” ou conservadoras, que foram desenvolvidas em reação às anteriores, predominaram no final dos anos 1930 e nos anos 1940; as teorias “científicas” do final dos anos 1950 e 1960, cuja origem está na insatisfação com a metodologia em que se baseavam as duas teorias anteriores.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Ver SMITH, *The Self-Images*, p.17; BANKS, *The Evolution*, p.10; Yosef LAPID, *The Third Debate: On The Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era*, p. 238.

¹⁵¹ SCHMIDT, *The Political Discourse of Anarchy*, p.31. Vazquez questiona essa visão de Schmidt. John VAZQUEZ, *The Power of Power Politics*, pp.189-190.

¹⁵² William OLSON; Nicholas ONUF, *The Growth of a Discipline: Reviewed*, p.26.

¹⁵³ DUNNE, *Inventing International Society*, pp.9 e 124. Dunne comentando sobre a origem da distinção entre sistema e sociedade no trabalho de Bull, observa: “Part of the reason why he was so determined to distinguish system and society was no doubt driven by his desire to demonstrate that his ontology differed significantly from behaviouralists such as Morton Kaplan”. DUNNE, *New Thinking on International Society*, p. 227.

¹⁵⁴ BULL, *The Theory of International Politics*, pp.184-185.

Com relação aos chamados “idealistas”, Bull era cauteloso em procurar não transmitir o mesmo tipo de visão pejorativa que os realistas lhes atribuíram. Chamava atenção, por exemplo, para o fato de que “The term ‘idealist’ is not one which they used to describe themselves but was applied to them later by their critics and is in some respects misleading as to what their views actually were”.¹⁵⁵ Esse cuidado de Bull com as nuances do chamado idealismo era raro na disciplina até então. Por isso, Peter Wilson qualificou este artigo de Bull como o primeiro artigo importante sobre a história do idealismo na disciplina:

Idealism (...) has been taken out of the inverted commas given to it by the author of ‘The Theory of International Politics, 1919-1969’, the first important article on its history, and has become a normal, unproblematic, term of art alongside realism, behaviouralism, pluralism, structuralism, and other widely accepted categories. The problem with this, as Bull was aware, is that idealism is a negatively loaded term par excellence.¹⁵⁶

Bull via a crença no progresso como característica principal desses autores. Principalmente, a crença de que o sistema internacional do pós-Primeira Guerra Mundial era capaz de ser transformado em um mundo mais pacífico e justo. Bull destaca que uma importante contribuição desses autores para o desenvolvimento da teoria das Relações Internacionais foi que eles estabeleceram a possibilidade de questionamento das instituições estabelecidas e levantaram questões sobre como essas instituições (a soberania, a balança de poder, a antiga diplomacia e a fabricação de armamentos) funcionavam em relação aos objetivos como a paz e a ordem internacional, mesmo que suas respostas não nos impressionem mais.¹⁵⁷ Mas, de maneira bem tradicional, destaca que em suas tentativas de lidar com o presente e com o futuro, eles eram guiados mais pelas suas esperanças do que pela evidência.

Sobre a “segunda onda de atividade teórica”, Richardson nota, com uma ponta de ironia, que a análise de Bull sobre os “realistas” não é tão positiva quanto era de se esperar de um autor freqüentemente identificado como pertencendo a esse grupo.¹⁵⁸ Salientando que os escritos realistas foram uma reação aos dos idealistas, Bull

¹⁵⁵ Ibid., p. 185.

¹⁵⁶ WILSON, The Myth of the ‘First Great Debate’, p.8.

¹⁵⁷ BULL, The Theory of International Politics, p.186.

prossegue listando as diferenças entre as duas abordagens. Entre as inúmeras diferenças, uma foi particularmente enfatizada pelos realistas: a questão do interesse nacional. Tal ênfase seria um contraponto à atitude internacionalista dos idealistas em suas abordagens sobre a moral e a prática dos Estados. Bull observa a insistência realista de que o estadista que procura defender o interesse nacional é mais capacitado a reconhecer e respeitar os diferentes interesses nacionais das outras nações do que aquele que se vê como representante dos interesses de toda a humanidade. Ele nota a ironia de que, colocada dessa forma, a defesa do interesse nacional, feita pelos realistas, tem mais em comum com as visões “idealistas”, contra as quais se dirige, do que com a doutrina estritamente “maquiavélica”, que justifica tudo pela razão de Estado.¹⁵⁹

Da mesma forma como procedeu antes com os idealistas, Bull procura mostrar as nuances no pensamento realista e escapar dos estereótipos. De maneira criteriosa, observa que seria errado sugerir que esses escritores constituem uma escola, ou mesmo que suas visões se sobrepõem, salvo em alguns poucos pontos centrais.¹⁶⁰ Destaca a enorme influência que os realistas tiveram na formulação da política externa americana.¹⁶¹ E observa que, apesar dos trabalhos dos realistas ainda representarem um importante ponto de partida para o entendimento teórico das Relações Internacionais, “the stream of thinking and writing that began with Niebuhr and Carr has long run its course”.¹⁶²

A passagem acima reflete a visão de Bull de que o realismo foi um produto específico do contexto do final dos anos 1930 e 1940. Devido, talvez, à influência de Wight, que achava que a dicotomia idealismo/realismo não era adequada, pois: “It was in fact the reflection of a diseased situation”,¹⁶³ Bull destaca as diversas críticas feitas aos teóricos realistas, que fazem suas teorias parecerem menos convincente hoje do que antes. Em parte, a inadequação do realismo se dá, segundo Bull, devido à

¹⁵⁸ RICHARDSON, *The Academic Study*, p.146.

¹⁵⁹ BULL, *The Theory of International Politics*, p.189.

¹⁶⁰ *Ibid.*

¹⁶¹ Para uma análise, hoje em dia chamada de contextualista, do papel dos teóricos realistas na política externa americana, ver Stanley HOFFMANN, *An American Social Science: International Relations*.

¹⁶² BULL, *The Theory of International Politics*, p.191. Esta crítica aos realistas também é enfatizada na sua extensiva crítica à Carr, ver Hedley BULL, *The Twenty Years' Crisis Thirty Years On* (1969), p. 132.

inabilidade dos escritos realistas — circunscritos nos limites de sua teoria da vida internacional, composta de leis recorrentes e padrões cíclicos — para explicar as drásticas mudanças que ocorreram desde o final da Segunda Guerra Mundial, como, por exemplo, a Revolução Nuclear e a emergência de uma ordem mundial que não é mais predominantemente ocidental.

Na análise do pensamento “idealista”, Bull procurou ir além da crítica realista das doutrinas particulares, focalizando a identificação de falhas intelectuais em seus pensamentos¹⁶⁴ e concluindo que seus escritos pareciam ser orientados mais pelas suas esperanças do que pela evidência. A mesma estratégia investigativa é usada na análise do pensamento realista. Nesse sentido, Bull busca as fraquezas teóricas dos realistas, argumentando que seus escritos parecem ser orientados mais pela suposta autoridade de quem os escreve do que pela evidência:

The laws of international politics to which some ‘realists’ appealed in such a knowing way appeared on closer examination to rest on tautologies or shifting definitions of terms. The massive investigation of historical cases implied in their Delphic pronouncements about the experience of the past had not always, it seemed, actually been carried out. The extravagant claims made by some of them turned out *to rest on assumed authority rather than on evidence* or rigorous argument. Indeed, not even the best of the ‘realist’ writings can be said to have achieved a high standard of theoretical refinement: they were powerful polemical essays.¹⁶⁵

Já nos referimos à “terceira onda de atividade teórica”, a chamada revolução behaviorista. Em relação a esse movimento, Bull, no artigo “The Theory of International Politics, 1919-1969”, parece adotar uma análise mais criteriosa do que no artigo “Teoria Internacional”, notando diversos pontos positivos nos trabalhos apresentados. Conforme observa Richardson, se a análise de Bull dos realistas foi, para muitos, inesperadamente dura, sua análise sobre a contribuição geral dos behavioristas é inesperadamente positiva.

¹⁶³ WIGHT, International Theory, p.267.

¹⁶⁴ RICHARDSON, The Academic Study, p.146.

¹⁶⁵ BULL, The Theory of International Politics, p.191(ênfases minhas). Comentado sobre esta passagem de Bull, Jack Donnelly observa: “A similar, though less severe, reaction against the thinness of structural realism’s ‘indeterminate predictions’ has characterized the 1990s”. Jack DONNELLY, Realism and International Relations, p.194. Esse tipo de crítica sobre a extravagância da linguagem dos realistas e sobre a relativa “pobreza” de suas teorias também foi feita anteriormente por Wight, conforme coloquei na seção sobre “a posição de Wight”.

Ao analisar os pontos positivos e negativos da teoria das relações internacionais entre 1919 e 1969, Bull vê um certo progresso na teoria. Em primeiro lugar, devido aos avanços dentro das Ciências Sociais como um todo. Em segundo, devido a uma conscientização da importância das questões metodológicas. Em terceiro lugar, Bull se refere a um tipo de progresso que ele chamou de “negativo”. Explica que certas linhas de pesquisa que foram desenvolvidas provaram ser um fracasso, mas um fracasso instrutivo, no sentido em que, apesar de não produzirem uma teoria geral, satisfatória — como nenhuma pode fazer — prestam-se a elucidar e evitar erros posteriores. Ele cita, por exemplo, a tentativa de Morton Kaplan de desenvolver modelos formais dedutivos, para explicar o funcionamento do sistema internacional, e a tentativa de Hans Morgenthau de elaborar uma teoria da política internacional, baseada no conceito de interesse, definido em termos de poder. Em quarto lugar, uma certa medida de progresso pode ser vista pelo desenvolvimento de trabalhos consistentes que podem servir de base para o desenvolvimento de novos trabalhos.¹⁶⁶

De acordo com a visão de Bull, outra característica importante é a necessidade de se procurar um equilíbrio entre uma abordagem histórica e uma abordagem teórica. Para ele, as duas devem estar juntas e não deve haver uma preponderância excessiva nem de uma nem de outra, como acontece, por exemplo, com os trabalhos de alguns tradicionalistas — no caso da abordagem histórica —, e com os behavioristas — no caso da segunda. Bull critica abordagens teóricas que não dão importância à História: “Theoretical approaches employ a timeless language of definitions and axioms, logical extrapolations or (...) general law, and do not by themselves convey a sense of time and change”.¹⁶⁷

Um tema freqüente nos trabalhos de Bull é o papel do acadêmico e a relação de seus valores e crenças com o trabalho teórico que ele desenvolve, bem como a relação da academia com “o mundo da política”. Bull parte do pressuposto de que o acadêmico deve ser crítico de todos os conceitos e valores políticos, inclusive os seus próprios.

¹⁶⁶ BULL, *The Theory of International Politics*, pp.201-208

There is, of course, no such thing as a ‘value-free’ inquiry into international relations or any other social subject. The most one can hope to do is to be aware of one’s moral and political premises, to formulate them explicitly if one is employing arguments that derive from them, and (this above all) to be critical about them, to treat the investigation of moral and political premises as part of the subject. (...) It should also be recognized that the statements (and the silences) of academic students of politics have practical effects, whether they are intended to have them or not. The student of politics is related to his subject-matter not only as a subject to object but also as cause to effect.¹⁶⁸

Bull, de maneira geral, via o equilíbrio entre engajamento político e trabalho acadêmico como uma questão delicada. Ele reconhece que, obviamente, todos os que discutem política possuem posições políticas. O problema está, a seu ver, quando o engajamento político obstrui o questionamento das premissas morais e políticas que o pesquisador possui. Bull observa que esse é um caso freqüente entre acadêmicos americanos, que apresentam um conformismo intelectual e político do qual a disciplina precisa se libertar. Um caso particularmente delicado para Bull é a questão de acadêmicos trabalharem para o governo. Cabe lembrar que o próprio Bull foi conselheiro do governo britânico em meados dos anos 1960.¹⁶⁹ Ele destaca a importância de acadêmicos e oficiais — funcionários públicos, como diplomatas e formuladores de política externa, de modo geral — escutarem e criticarem um ao outro, mas uma vez que na pesquisa os “interesses acadêmicos” devem prevalecer: “The academic (...) should not be a servant or agent of his government. (...) As Chomsky says, academics have a responsibility ‘to speak the truth and expose lies’. Government servants have equally grave responsibilities at times not to do this”.¹⁷⁰

The strong advocacy of policies, the marshalling of arguments so as to suggest them, involves a certain wilful blindness and abdication of critical judgement. In a subject so inherently uncertain as this, and so serious, there is a place for a kind of inquiry which is guided more by intellectual honesty than by the determination, at whatever cost to the latter, to discover ‘solutions’.¹⁷¹

¹⁶⁷ BULL, *International Relations*, p.253.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p.261. Ver também o último parágrafo da introdução do *The Anarchical Society*, p.xviii.

¹⁶⁹ Sobre detalhes biográficos da carreira de Bull, ver J. D. B. MILLER, *Hedley Bull, 1932-1985*.

¹⁷⁰ BULL, *International Relations*, p.263.

¹⁷¹ Hedley BULL, *The Control of the Arms Race*, p.202.

2.2.3 As Concepções Pluralista e Solidarista da Sociedade Internacional

A Escola Inglesa de Relações Internacionais distingue duas concepções de sociedade internacional: pluralista e solidarista. Conforme é explicitado no trabalho de Hedley Bull, “The Grotian Conception of International Society”,¹⁷² tais concepções derivam das posições adotadas por Hugo Grotius e Lassa Oppenheim, que divergiam em três pontos fundamentais. O primeiro, sobre o lugar da guerra na sociedade internacional, que, para Grotius deveria ser lutada apenas por causas justas, como, por exemplo, autodefesa e imposição da lei. Para Oppenheim, a prerrogativa da guerra é um direito dos Estados soberanos. O segundo ponto, é sobre as fontes do Direito pelo qual os Estados membros da sociedade internacional são ligados. Na visão de Oppenheim, o Direito Internacional é derivado do costume. Dessa forma, é baseado empiricamente nas regras em que a sociedade de Estados expressa o seu consenso ou seu consentimento tácito. Para Grotius, tal concepção não é suficiente, pois sustenta que o Direito Internacional não necessariamente precisa estar em conformidade com os eventos, podendo proferir um protesto contra eles. Pois, uma das principais fontes do Direito Internacional, para Grotius, é o Direito Natural, que postula o respeito à humanidade intrínseca de todos os indivíduos, trazendo considerações éticas que transcendem os acordos estatais. O terceiro, diz respeito ao status do indivíduo na sociedade de Estados. Para Oppenheim, a sociedade internacional é composta por Estados, e somente esses são detentores dos direitos e deveres do Direito Internacional. Para Grotius, por outro lado, os membros da sociedade internacional em última instância não são os Estados, mas os indivíduos.

Em “The Grotian Conception of International Society”, vemos claramente que, apesar da visão de Bull não refletir a concepção grotiana, essa exerce bastante

¹⁷² O embate entre as concepções pluralistas e solidaristas foi tratado, pela primeira vez, em seu paper “The Grotian Conception of International Society”, originalmente apresentado ao Comitê Britânico em abril 1962 e posteriormente publicado em BUTTERFIELD; WIGHT (Eds.), *Diplomatic Investigations*.

influência na sua definição de sociedade internacional, que prescreve, como Grotius, que, em suas condutas internacionais, os Estados são comprometidos pelas regras e instituições da sociedade que formam. Nesse sentido, as concepções pluralista e solidarista de sociedade internacional refletem acordos e desacordos em questões normativas da política internacional.

Antes, é preciso qualificar que essas críticas de Bull às perspectivas solidaristas grotianas não devem colocá-lo fora dessa tradição, uma vez que, ao longo de seus escritos, Bull foi tendendo, cada vez mais, para a perspectiva solidarista, apesar de não totalmente, pois o ceticismo inicial sempre esteve presente. Também é nítido que Bull não rejeitava todo o sistema grotiano. Isso se percebe claramente nas discussões que se seguiam às apresentações dos trabalhos no Comitê Britânico, onde ele qualificou sua crítica, dizendo: ‘I am not trying to object the whole Grotius system (...), it is possible to make the sort of objections I am going to make to Grotius without denying other elements in the Grotian system’.¹⁷³ Bull criticava em especial a concepção de guerra justa em Grotius. Em outros trabalhos Bull foi um defensor da importância do legado de Grotius e destacou vários pontos nesse sentido.¹⁷⁴

Um dos principais argumentos da concepção pluralista é que a sociedade internacional não dispõe de um consenso em questões sobre justiça global. Conseqüentemente, são mínimas as possibilidades de ações conjuntas em matérias de redistribuição das riquezas globais ou direitos humanos universais. Nesse sentido, a cooperação é limitada, pois, segundo a definição de Bull, na concepção pluralista da sociedade internacional, os Estados são capazes de acordarem somente com relação a propósitos mínimos, sendo os principais: o reconhecimento recíproco da soberania e a norma da não-intervenção.¹⁷⁵

¹⁷³ Hedley BULL, Bull’s original discussion of ‘The Grotian Conception of International Society’ (15 April 1962), p. 119.

¹⁷⁴ Hedley BULL, The Importance of Grotius in the Study of International Relations. Para análises de Bull e o legado de Grotius, ver KINGSBURY; ROBERTS, “Introduction”. Eles qualificam a Escola Inglesa em um “weak sense” na tradição grotiana (:51); e Benedict KINGSBURY, Grotius, Law and Moral Scepticism: Theory and Practice in the Thought of Hedley Bull.

¹⁷⁵ Hedley BULL, The Grotian Conception, p. 67.

Assim, o foco “nas verdadeiras áreas de acordo entre os Estados”¹⁷⁶ faz com que a sociedade internacional receie toda ação que coloque em risco as instituições internacionais plenamente estabelecidas. Como fica claro na citação de Bull:

If a right of intervention is proclaimed for purpose of enforcing standards of conduct, and yet no consensus exists in international community governing its use, then the door is open to interventions by particular states using such a right as a pretext, and *the principle of territorial sovereignty is placed in jeopardy*.¹⁷⁷

A ordem na política mundial é baseada nesses objetivos elementares e é sustentada pelas normas e instituições — balança de poder, direito internacional, diplomacia, a guerra, e as grandes potências — da sociedade internacional, que, por sua vez, tem a sua legitimidade apoiada em seus membros, ou seja, nos Estados. Esses últimos, longe de garantirem uma ordem estável e segura, provêm uma ordem precária e imperfeita.¹⁷⁸ Conseqüentemente, acarreta o fato de que, mesmo quando as instituições e mecanismos que sustentam a ordem internacional funcionam adequadamente, noções de justiça são freqüentemente violadas.¹⁷⁹

Tais objetivos elementares permitem que a ordem possa existir mesmo entre Estados que não pertençam a uma civilização em comum, demonstrando que a sociedade internacional tem um caráter 'funcional' ao invés de 'cultural'.¹⁸⁰ A necessidade pragmática de coexistir é suficiente para produzir o que Bull chamou de “cultura diplomática” — um sistema de regras, convenções e instituições, que preserva a ordem entre associações políticas com culturas e ideologias diversas.¹⁸¹

Na concepção solidarista da sociedade internacional, a cooperação não é limitada, e sim extensiva.¹⁸² Tal concepção baseia-se no argumento grotiano da solidariedade, ou potencial de solidariedade, entre os Estados, em relação à imposição da lei.¹⁸³ A pressuposição solidarista de intervenção humanitária tem por base o

¹⁷⁶ Ibid., p. 73.

¹⁷⁷ Ibid., p. 71 (ênfases minhas).

¹⁷⁸ BULL, *The Anarchical Society*, p. 50.

¹⁷⁹ Ibid., p. 87.

¹⁸⁰ LINKLATER, *Rationalism*, p. 97.

¹⁸¹ Ibid.

¹⁸² Carsten F. RONNFELDT, *Beyond a Pluralist Conception of International Society? A Case Study on the International Response to the Conflict in Bosnia-Herzegovina*, pp. 141-168.

¹⁸³ BULL, *The Grotian Conception*, p. 52.

postulado de que os indivíduos são sujeitos do Direito Internacional e membros da sociedade internacional, de maneira que os governantes, além de serem responsáveis pela segurança e bem estar de seus cidadãos, *são responsáveis pela proteção dos direitos humanos em qualquer lugar*.¹⁸⁴

Essas duas concepções, apesar de suas diferenças e características próprias, não devem ser vistas como totalmente antagônicas, mas complementares. Carsten F. Ronnfeldt, entre outros, analisa a relação entre as duas concepções, concluindo, baseado em Bull e Vincent, que a concepção solidarista não necessariamente contradiz, mas inclui as preocupações pluralistas.¹⁸⁵ A afirmação de Ronnfeldt sobre a complementaridade das duas concepções é uma crítica ao trabalho de Ole Waever,¹⁸⁶ que criticou a Escola Inglesa por ter dicotomizado as percepções dos elementos sociais no nível internacional. Ronnfeldt, por outro lado, argumenta que Waever parece negligenciar os esforços dos solidaristas em resolver o dilema transcendendo tais argumentos dicotômicos, o que, por sua vez, constituiria “caminhos para evolução da sociedade internacional”, que Waever cobra da Escola Inglesa.¹⁸⁷

¹⁸⁴ Ibid., p. 63-64 (ênfases minhas).

¹⁸⁵ RONNFELDT, Beyond a Pluralist Conception, p. 146-8.

¹⁸⁶ Ole WAEVER, International Society - Theoretical Promises Unfulfilled?, citado em RONNFELDT, Beyond a Pluralist Conception.

¹⁸⁷ Para uma outra crítica contundente ao artigo do Waever, ver DUNNE, International Society. Conforme comenta Ronnfeldt sobre esse trabalho de Dunne, ele contestou os argumentos de Waever de uma perspectiva meta-teórica, alinhando a Escola Inglesa com a abordagem construtivista nas Ciências Sociais.